TEXTO DE APOIO PARA OS ALUNOS

11ª ou 12ª classe – 2º Ciclo

ECONOMIA II

Ministério da Educação
Cultura e Formação

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
PORTUGAL

IMVF
Instituto Marquês de Valle Flôr
ONGD

escola+
Educação para Todos

ÍNDICE

1. Os Agentes Económicos e o Circuito Económico 4
1.1. O Circuito Económico 4
1.2. Equilíbrio entre Recursos e Empregos 8
Exercícios: 8
2. A Contabilidade Nacional 9
2.1. Sectores Institucionais e os Ramos de Actividade 9
2.2. A Conta da Produção do Sector Empresas 12
2.3. Cálculo do Valor da Produção 13
2.4. Cálculo da Produção pela Óptica do Produto 14
2.5. Cálculo da Produção pela Óptica do Rendimento 17
2.6. Cálculo da Produção pela Óptica da Despesa 18
2.7. Limitações à Contabilidade Nacional 19
Exercícios: 21
3. Relações económicas com o Resto do Mundo 22
3.1. A Necessidade e a Diversidade das Relações Internacionais 22
3.2. O Registo das Relações com o Resto do Mundo – A Balança de Pagamentos 23
(os dados aqui apresentados do Banco de São Tomé e Príncipe são fictícios e apenas servem como demonstração) 23
3.3. A Balança Corrente 24
3.4. A Balança de Capital 28
3.5. A Balança Financeira 29
3.6. Balança de Pagamentos 30
3.7. As políticas comerciais e a Organização do Comércio Mundial (OCM) 31
3.8. As relações de São Tomé e Príncipe com o Resto do Mundo 32
Exercícios 33
4. funções e organização do Estado 34
4.1. A Intervenção do Estado na Actividade Económica 36
4.2. Instrumentos de Intervenção Económica e Social do Estado 38
4.3. Políticas Económicas e Sociais 41
4.4. Algumas das Políticas Económicas e Sociais do Estado 42
4.5. As políticas Económicas e Sociais do Estado Santomense 46
Exercícios 46
5. Empreendedorismo e Inovação 47
5.1. Empreendedorismo e Inovação - Introdução 47
5.2. Empreendedorismo, noções e conceitos 48

5.3. Inovação, noção e conceitos 50
Tipologias e classificações de inovação 52
5.4. Plano de Negócios 53

1. OS AGENTES ECONÓMICOS E O CIRCUITO ECONÓMICO

1.1. O CIRCUITO ECONÓMICO

- A actividade económica e os agentes económicos

Actividade económica – conjunto das funções de produção, consumo, distribuição, acumulação, repartição e troca.

É possível caracterizar a actividade económica como o conjunto das tarefas que asseguram a existência de uma população, nomeadamente através da produção de bens e serviços, da repartição do rendimento criado nessa produção, da utilização de parte desse rendimento em consumo e na aplicação da parte do rendimento não utilizado – a poupança – em investimento, para garantir, no futuro, nova produção.

- Agentes económicos e funções / operações económicas

Agentes económicos – são todos os que intervêm na actividade económica.

Os agentes económicos, no exercício das suas funções, dão origem a interacções que correspondem a operações económicas.

EXEMPLOS DE FUNÇÕES ECONÓMICAS	OPERAÇÕES ECONÓMICAS
Produção, troca e utilização de bens e serviços: • Produção • Distribuição • Consumo	**Operações sobre bens e serviços**
Distribuição do valor criado: • Distribuição/recebimento de salário • Pagamento/recebimento de impostos • Distribuição/recebimento de subsídios	**Operações de repartição**
Alteração do valor detido: • Depósitos bancários • Empréstimos • Aplicações financeiras • Investimento	**Operações financeiras**

Agente económico é uma entidade com autonomia e capacidade para:

- Realizar operações económicas, tomando decisões;
- Deter valor económico (ter a propriedade de património liquido, activos reais, activos financeiros e passivos.

- Principais agentes económicos

Agentes económicos e funções desempenhadas

Agentes	Principais funções
Famílias	Consumir
Empresas não Financeiras	Produzir bens e serviços não financeiros
Estado/Administração Pública	Satisfazer as necessidades colectivas e redistribuir o rendimento
Instituições Financeiras	Prestar serviços Financeiros
Resto do Mundo	Trocar bens, serviços e capitais

Quando nos referimos a um agente económico em particular, estamos a falar de um micro-agente, ou agente económico elementar (ex: Banco Equador); já quando nos referimos ao conjunto de agentes que desempenham a mesma função, estamos a falar de macro-agentes , ou agentes agregados (ex: instituições financeiras de uma economia).

- Fluxos reais e fluxos monetários

Às relações entre agentes económicos chamamos fluxos que, consoante a sua natureza, podem classificar-se em fluxos reais ou fluxos monetários.

→ Fluxos Reais

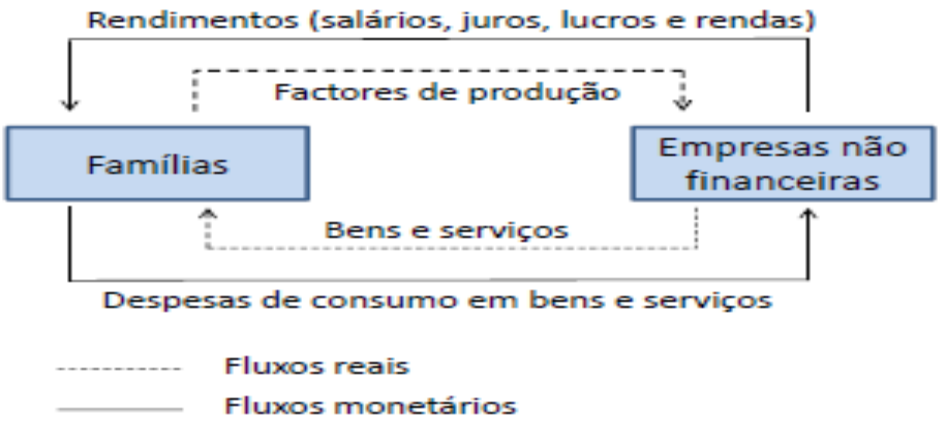
Fluxos reais - Representam as interacções materiais realizadas entre os agentes económicos (as Famílias cedem trabalho e capital às Empresas e estas disponibilizam bens e serviços às Famílias).

Os fluxos reais representam as entregas e recebimentos que se processam entre os agentes económicos de forma material ou "palpável".

Estes fluxos têm o inconveniente de terem uma escassa utilidade, pela impossibilidade de se proceder a qualquer comparação quando estes não se encontram expressos numa mesma unidade.

→ Fluxos monetários

Fluxos monetários - Os fluxos monetários representam a contrapartida em valor monetário dos respectivos fluxos reais (x milhões de euros para salários e x milhões de euros em bens e serviços produzidos).



- O circuito económico

Circuito económico – é um quadro descritivo do conjunto das operações económicas que têm lugar entre agentes económicos, durante um certo período.

As operações realizadas traduzem-se em fluxos que representam os diferentes tipos de interacções a que os agentes económicos dão origem.

Para conseguir uma mais fácil apreensão do significado dos fluxos existentes, é possível proceder à sua representação gráfica num esquema que designamos por circuito económico e que corresponde a uma forma simplificada de representação da actividade económica de uma região ou país.

No circuito económico são, assim representadas as relações económicas que se estabelecem entre os vários agentes económicos: Famílias, Empresas não Financeiras, Instituições Financeiras, Estado (Administração Pública) e o Resto do Mundo.

A – As Famílias e os outros agentes económicos

- As Famílias e as Empresas não Financeiras

- As Famílias recebem das Empresas não Financeiras ordenados ou salários, como renumeração pelo trabalho prestado; rendas, pela cedência de prédios urbanos ou rústicos e lucros resultantes de investimentos anteriormente feitos;

- As Famílias entregam às Empresas não Financeiras os valores monetários equivalentes às despesas de consumo que realizam, com vista à aquisição de bens e ao investimento nessas Empresas.

- As Famílias e as Instituições Financeiras

- Um fluxo que dá entrada nas Instituições Financeiras e que representa, fundamentalmente depósitos bancários, prémios respeitantes a seguros e juros dos empréstimos;

- Outro fluxo, em sentido inverso, que representa as indemnizações devidas pela ocorrência dos acontecimentos que foram objecto dos seguros, os juros pagos às Famílias pelos depósitos feitos, os ordenados pela prestação de trabalho e os empréstimos pedidos.

- As Famílias e o Estado

O Estado tem como principal função a satisfação das necessidades colectivas, precisando, para tanto, de obter meios financeiros que sirvam de suporte às actividades que tem de desenvolver. Estes meios conseguem-se através de impostos.

- O fluxo que dá entrada nas Famílias, relativo aos vencimentos pagos aos funcionários públicos e aos subsídios concedidos (pensões, abonos de família, etc.);

- O fluxo saído das Famílias que respeita os impostos e às contribuições para a Segurança Social.

B – As Empresas não Financeiras e os outros agentes económicos

- As Empresas não Financeiras e as Instituições Financeiras

- As Empresas não Financeiras recebem das Instituições Financeiras os fluxos monetários relativos a investimentos, juros dos depósitos, empréstimos e indemnizações pelos valores segurados;

- As Empresas não Financeiras efectuam depósitos nas Instituições Financeiras, entregando-lhes também juros e os valores correspondentes à amortização dos empréstimos contraídos, lucros e prémios de seguros.

- As Empresas não Financeiras e o Estado

As Empresas não Financeiras são o principal agente económico produtor de bens e serviços e, por isso, estabelecem-se importantes relações entre elas e o Estado.

- As Empresas não Financeiras recebem valores monetários do Estado correspondentes não só às compras efectuadas (consumo), mas também a subsídios concedidos à produção de bens e serviços considerados essenciais e que, por isso, devem ser acessíveis a toda a população.

- As Empresas não Financeiras entregam volumosos meios financeiros ao Estado, sob a forma de impostos e de contribuições para a Segurança Social.

C – As Instituições Financeiras e os outros agentes económicos

- As Instituições Financeiras e o Estado

As relações entre esses agentes são decisivas para o desenvolvimento da actividade económica, pois as Instituições Financeiras podem funcionar como motor ou travão de todo o processo produtivo, através da mobilização mais ou menos eficiente das poupanças, das políticas de crédito e de investimento, etc.

- A entrada nas Instituições Financeiras de depósitos feitos pelo Estado, de prémios de seguros pagos e de juros e amortizações de empréstimos recebidos;

- A saída das Instituições Financeiras de valores relativos a impostos, juros, indemnizações e empréstimos, etc.

D – O Resto do Mundo e os outros agentes económicos

Economia fechada – economia sem relações económicas com o Resto do Mundo.

Economia aberta – economia com relações económicas com o Resto do Mundo.

- O Resto do Mundo e as Empresas não Financeiras

- A entrada, neste agente económico, de um fluxo monetário correspondente ao valor das exportações feitas;

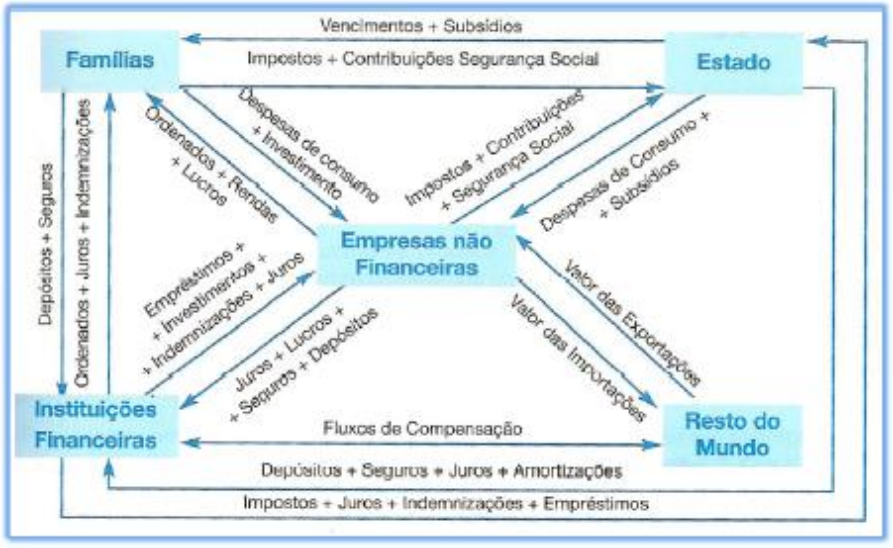
- A saída para o Resto do Mundo de outro fluxo monetário, correspondente ao valor das importações realizadas.

- O Resto do Mundo e as Instituições Financeiras

<u>Mercado de Factores Produtivos</u> – procura e oferta de Trabalho e Capital.

<u>Mercado de Bens e Serviços</u> – procura e oferta de Bens e Serviços.

<u>Mercado Financeiro</u> – procura e oferta de recursos financeiros.



1.2. EQUILÍBRIO ENTRE RECURSOS E EMPREGOS

- O equilíbrio macroeconómico

Podemos identificar numa economia os fluxos que representam os **recursos** dessa economia e a forma como são utilizados – **os empregos**. Se monetarizarmos esses recursos e empregos, obteremos o valor do produto nacional, do rendimento do país e dos seus empregos – a despesa.

Estaremos agora aptos a compreender que este circuito traduz uma situação de equilíbrio económico entre recursos e empregos.

As unidades de consumo adquirem o que as unidades de produção produzem, havendo assim, uma entidade entre o valor do produto nacional e o valor da sua utilização.

Produto = Despesa

Da mesma forma, os rendimentos que são entregues pelas unidades de produção às unidades de consumo não poderão deixar de ter um valor idêntico às despesas efectuadas pelas unidades de consumo.

Rendimento = Despesa

Assim,

Rendimento = Despesa = Produto

O equilíbrio económico deve traduzir-se no facto de os fluxos monetários que dão entrada em qualquer agente deverem apresentar, em conjunto, um valor igual ao dos fluxos monetários que dele saem.

- O equilíbrio entre os agentes económicos num sistema de contas

Equilíbrio económico – Igualdade entre os recursos e empregos, em cada agente e no conjunto da economia.

EXERCÍCIOS:

1. O que são agentes económicos?
2. Quais são as categorias homogéneas de agentes económicos, respectivos recursos e funções.
3. Diferencie circuito de Fluxos Reais do de Fluxos Monetários e dê exemplos.
4. Elabore um circuito completo entre FAMÍLIAS e EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS, com os seguintes dados:

   Famílias prestaram trabalho às empresas no valor de l0 000 000 Dbs e investiram nelas capital no valor de 5 000 000 Dbs e depois receberam salários (3 000 000 Dbs), Juros (l 000 000 Dbs), e fizeram despesas em compras de bens (2 000 000 Dbs), que tinham sido disponibilizados pelas empresas no Valor (3 000 000 Dbs).

5. Uma família recebeu de ordenados (800 000 Dbs), vencimentos (500 000 Dbs) e reformas (400 000 Dbs). Fez os seguintes gastos: compras de bens e serviços (1 300 000 Dbs) e pagou Impostos (200 000 Dbs). Faça a respectiva conta e que conclusões obteve.

2. A CONTABILIDADE NACIONAL

Diariamente ouvimos expressões como "o crescimento do PIB", a "despesa interna" ou o "rendimento nacional" e questionamo-nos acerca da sua proveniência. Para responder a estas dúvidas recorre-se à **Contabilidade Nacional.**

A **Contabilidade Nacional** é um conjunto de técnicas e operações que procuram fornecer, de uma forma simplificada e quantificada, a representação da actividade económica de determinado país, durante um determinado período de tempo, em regra, um ano. Este instrumento estatístico procura fornecer uma representação sintética da realidade económica do país em causa, o que se torna indispensável a todos os responsáveis das decisões económicas.

Os **objectivos da contabilidade nacional** são os seguintes:

- Proporcionar informação para comparação entre economias
- Efectuar comparações no tempo e no espaço
- Fornecer dados necessários à previsão económica e à tomada de decisão
- Analisar circuitos económicos e prever as suas consequências

2.1. SECTORES INSTITUCIONAIS E OS RAMOS DE ACTIVIDADE

As **unidades institucionais** são os centros de decisão económica que dispõem de autonomia

de decisão relativamente à sua função principal de contabilidade, isto é, de documentos relativos às operações realizadas. Esta autonomia relaciona-se com o exercício da sua actividade e com a percepção e distribuição do seu rendimento. Assim, as famílias, por exemplo, não dispõem de contabilidade completa, mas constituem centros de decisão, são autónomas relativamente às suas decisões sobre o consumo. As unidades institucionais caracterizam-se, pois, pela **autonomia de decisão e gestão**.

Os **sectores institucionais** agrupam unidades institucionais que têm comportamentos análogos,

tendo em conta a sua função principal. Com efeito, podemos analisar decisões de consumo, de

poupança, de acumulação, etc.

Deste modo, é com base na função principal, na natureza e na origem dos recursos que se faz a afectação dessas unidades institucionais a um determinado sector institucional.

Os **sectores institucionais** são sete:

→ Sociedades e quase sociedades não financeiras

Neste sector agrupamos as unidades residentes cuja função económica principal é **produzir** bens e serviços não financeiros. Os seus **recursos** têm origem na venda da produção efectuada. Este sector pode dividir-se em dois: as sociedades e quase sociedades públicas e as sociedades e quase sociedades privadas.

→ Instituições de Crédito

Este sector é constituído por unidades institucionais residentes cuja função principal é **financiar**, ou seja, conceder crédito através da captação de poupanças. Este sector divide-se em dois subsectores: as Instituições de crédito monetário e Instituições de crédito monetário. Os seus principais **recursos** são os depósitos e os fundos provenientes dos empréstimos.

→ Empresas de Seguros

Este sector agrupa as unidades cuja função principal é **segurar**, isto é, transformar os riscos individuais em riscos colectivos. Os seus **recursos** são constituídos, principalmente, por prémios de seguros.

→ Administração Pública

Neste sector, agrupam-se as unidades cuja função económica principal consiste quer na **produção de serviços não mercantis**, quer na **repartição do rendimento** ou do **património nacional**. Os seus **recursos** provêm dos impostos ou de quotizações obrigatórias pagas pelas outras unidades institucionais. Este sector decompõem-se em três subsectores: Administração Pública Central, que compreende o Estado e todos os organismos que dele dependem, como por exemplo os Ministérios, a Administração Pública Local, que tem por função receber quotizações sociais e distribuir prestações sociais.

→ Administrações Privadas

Neste sector, agrupam-se **unidades muito diversas**, como por exemplo, sindicatos, partidos políticos, associações de consumidores, associações culturais e desportivas, etc.

Estas associações têm por função **produzir serviços**, mas o seu **objectivo não é lucrativo**. Os seus **recursos** têm origem nas contribuições voluntárias dos seus associados ou nos seus recursos próprios, provenientes, por exemplo, de doações. Todas estas instituições têm personalidade jurídica.

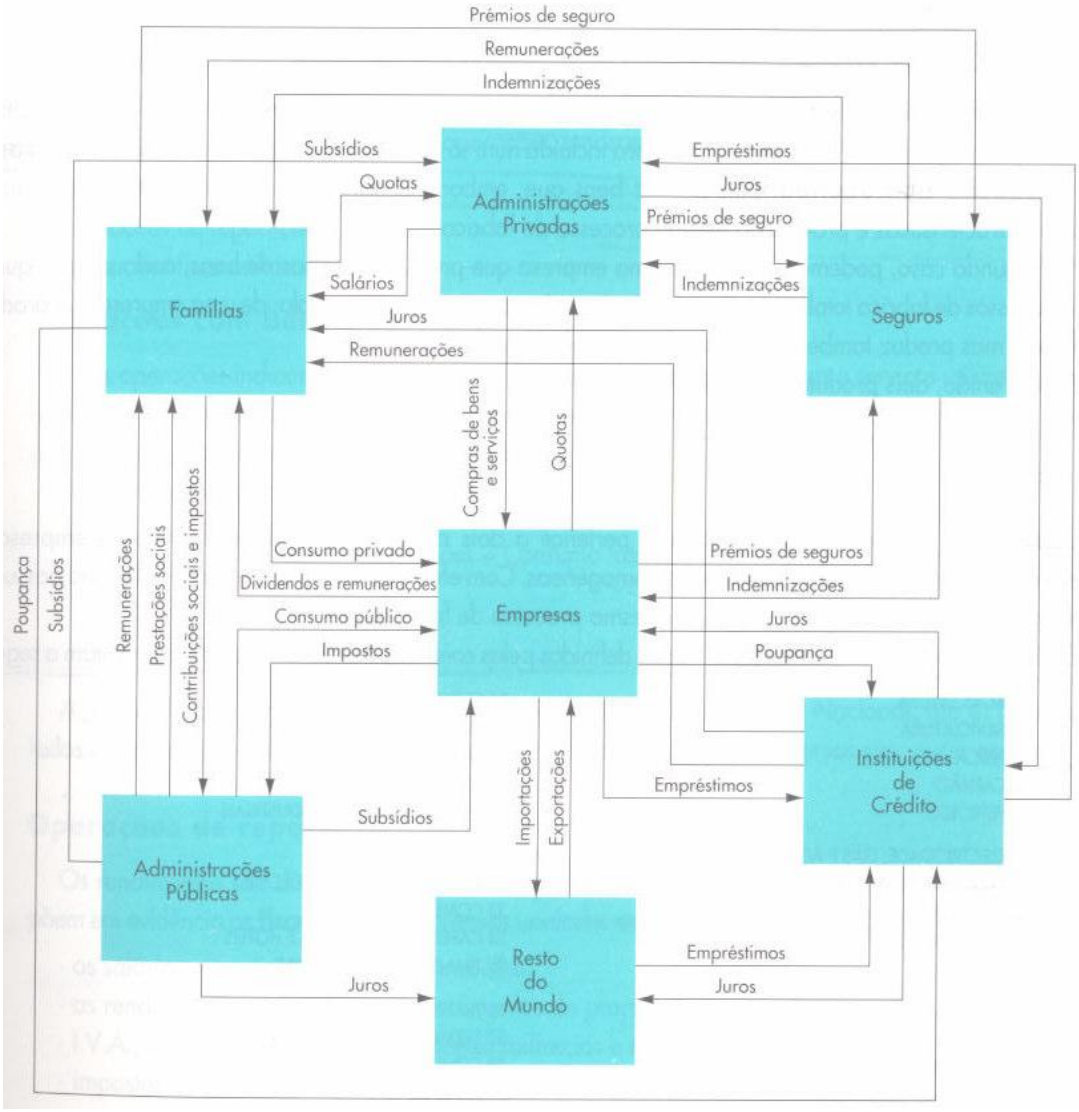
→ Famílias (e empresas individuais)

Este sector, como já vimos, tem por função principal o **consumo**. Contudo, também a produção pode ser, eventualmente, a sua função principal quando se trata de empresas em nome individual. Este sector agrupa tanto os indivíduos que pertencem aos agregados familiares, como aqueles que se encontram em instituições, como, por exemplo, os internatos, os lares de 3ª idade, etc. Do mesmo modo se integram neste sector as empresas em nome individual. Os seus **recursos** resultam das remunerações pagas pelos outros sectores institucionais. Quando organizadas em empresas individuais, os seus recursos são os provenientes das receitas das vendas.

→ Resto do Mundo

Não se trata de um sector institucional no verdadeiro sentido do termo, mas inclui todos os fluxos entre unidades institucionais residentes e não residentes.

SECTORES INSTITUCIONAIS	NATUREZA DOS AGENTES QUE COMPÕEM O SECTOR INSTITUCIONAL	FUNÇÃO PRINCIPAL DO AGENTE	PRINCIPAIS RECURSOS
FAMÍLIAS	– Famílias, celibatários – Empresas individuais	– Consumidor – Produzir bens e serviços comercializáveis não financeiros	– Remunerações pagas pelos outros sectores institucionais – Receitas provenientes das vendas
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	– Empresas públicas e privadas	– Produzir bens e serviços comercializáveis não financeiros	– Receitas obtidas com as vendas
INSTITUICÕES DE CRÉDITO	– Bancos, Caixas Económicas, outras instituições de crédito	– Financiar, conceder créditos	– Fundos provenientes dos empréstimos
EMPRESAS DE SEGUROS	– Organismos de seguros	– Segurar, isto é, garantir o pagamento em caso de risco	– Prémios de seguros estabelecidos contratualmente
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	– Administração Central, Autarquias e Organismos de Segurança social	– Produzir serviços não comercializáveis – Efectuar a redistribuição dos rendimentos pela colectividade	– Pagamentos efectuados pelos outros sectores com carácter obrigatório
ADMINISTRAÇÕES PRIVADAS	– Partidos políticos, sindicatos e colectividades	– Produzir serviços sem intuito lucrativo (não comercializáveis)	– Contribuições facultativas dos associados
RESTO DO MUNDO	– Fora da Economia Nacional	– Registar todas as operações realizadas entre a Economia Nacional e o Estrangeiro	



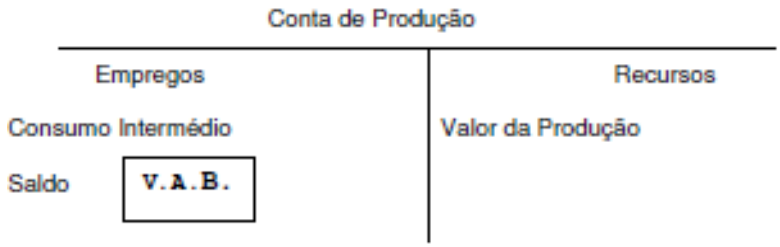
Ramos de actividade

As actividades económicas podem ser repartidas pelos sectores de actividade: primário, secundário e terciário. No domínio da Contabilidade Nacional, as actividades produtivas agrupam-se, de acordo com as características dos bens e serviços produzidos, segundo os diversos **ramos de actividade**. Assim, os ramos de actividade são constituídos por **unidades de produção homogéneas**, isto é, unidades que produzem bens e serviços com as mesmas características e através de processos de produção análogos. Em Portugal existem 49 ramos de actividade definidos pelas contas nacionais.

2.2. A Conta da Produção do Sector Empresas

Esta conta tem como **recursos** o valor da produção ao preço de mercado e como **empregos** os consumos intermédios necessários para realizar essa produção. Assim, mostra-nos a ligação que existe entre a produção e o consumo intermédio de bens e serviços necessários para obter essa produção.

Deste modo, esta conta é estabelecida por ramos de actividade.



Assim, o saldo desta conta é o **Valor Acrescentado Bruto (V.A.B.)** que é constituído pela contribuição das unidades produtivas para o Produto Interno Bruto (P.I.B.).

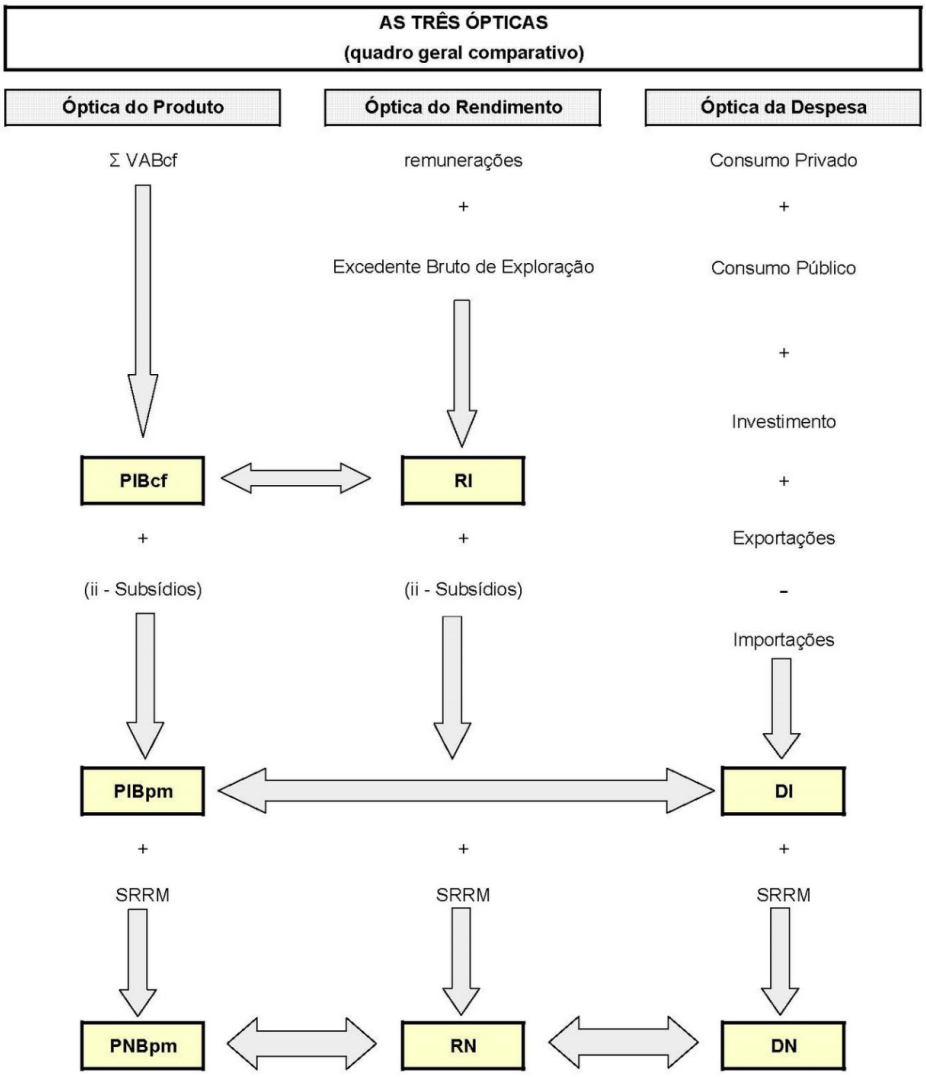
2.3. CÁLCULO DO VALOR DA PRODUÇÃO

O valor da produção realizada num país, num determinado período de tempo, é um indicador da maior importância, pois é a partir da produção que se inicia o processo de criação da riqueza.

O **cálculo do valor da produção** pode ser efectuado a partir de três ópticas diferentes:

- óptica do **produto**; - óptica do **rendimento**; - óptica da **despesa**.

O valor da produção é sempre o mesmo, qualquer que seja a óptica utilizada para o seu cálculo.



2.4. Cálculo da Produção pela Óptica do Produto

Ao realizar o cálculo da produção pela óptica do produto ficamos a conhecer o contributo de cada ramo para o conjunto da economia.

O cálculo do valor da produção pela óptica do produto apresenta uma dificuldade: o **problema da múltipla contagem**, que resulta do facto do valor de produção de um determinado bem poder ser registado duas ou mais vezes.

Para ilustrar este problema, consideremos o seguinte exemplo:

A produção de pão do país X está concentrada em três empresas:

- cooperativa agrícola, que vendeu o trigo à empresa de moagem por 1500 euros

- empresa de moagens que vendeu a farinha à pastelaria por 2200 euros

- pastelaria que produziu e comercializou o pão ao consumidor final por 3000 euros

Ao contabilizarmos o valor total das várias produções (1500+2200+3000) estamos a cometer o erro da múltipla contagem. O valor da produção do pão é de 3000 euros já que a farinha destinada ao fabrico do pão é um bem intermédio, cujo valor será incorporado no valor do queijo.

Para evitar este erro de duplicação na determinação do valor da produção podem ser utilizados dois métodos:

- método dos valores acrescentados

- método dos produtos finais

Método dos valores acrescentados:

Através deste método só se contabiliza o valor acrescentado de cada unidade produtiva, ou seja, a diferença entre os valores das vendas e os valores das compras que foram necessários efectuar para conseguir realizar a produção.

Comecemos então por construir um conjunto de contas onde são registados os respectivos empregos e recursos para cada unidade produtiva.

Cooperativa Agrícola

Empregos	Recursos
V.A. 1500 euros	Trigo 1500 euros

Empresa de moagens

Empregos	Recursos
Trigo 1500 euros V.A. 700 euros	Farinha 2200 euros

Pastelaria

Empregos	Recursos
Farinha 2200 euros V.A. 800 euros	Pão 3000 euros

O valor do produto resulta da soma dos valores acrescentados de todas as unidades produtivas.

No caso deste exemplo teríamos:

- Valor acrescentado pela cooperativa agrícola = 1500 euros (admitindo consumos intermédios nulos)

- Valor acrescentado pela empresa de moagens = 700 euros (2200-1500)

- Valor acrescentado pela pastelaria = 800 euros (3000-2200)

O valor do produto corresponderia ao somatório dos valores acrescentados => 1500+700+800 = 3000 euros

Método dos produtos finais:

Através deste método só se contabiliza o valor dos bens que não voltam a ser transaccionados, ou seja, não são considerados os bens de consumo intermédio. Para tal é necessário identificar todos os bens de consumo final produzidos num país durante determinado período de tempo.

Posteriormente somam-se todos os bens de consumo final.

No caso do exemplo apresentado o único produto final é o pão, cujo valor é de 3000 euros.

Qualquer que seja o método utilizado, o valor final será o mesmo. Assim pode concluir-se que o somatório dos valores acrescentados de todos os ramos de actividade é igual ao valor do conjunto de todos os bens finais produzidos num país.

Produto a Custo de Factores e Produto a Preços de Mercado

A contabilização do valor do produto varia com o preço a que esse valor é calculado. Assim, podemos considerar os seguintes preços:

- preços a custo de factores

- preços de mercado

No primeiro caso calcula-se o valor da produção com base nos custos de produção. No segundo caso, a produção é calculada com base nos preços de venda. De facto, para além do preço dos custos de produção, o Estado lança impostos sobre este preço (preço de custo): é o caso dos impostos indirectos. No entanto, também pode conceder subsídios a determinadas produções que considera essenciais, para que o preço de venda desses bens se torne acessível à população mais carenciada.

Assim, o **produto a preços de mercado (Ppm)** traduz-se pela igualdade seguinte:

$$Ppm = Pcf + Ti - Subsídios$$

Ti – impostos indirectos ou sobre o consumo

Por outro lado, o **produto a custo de factores** pode ser explicitado através da igualdade que se segue:

$$Pcf = Ppm - Ti + Subsídios\ à\ produção$$

Neste caso, os valores da produção (a custo de factores), não podem incluir os impostos indirectos. Por outro lado, no caso de existirem subsídios à produção, estes terão de ser adicionados de forma a obtermos o valor do custo real da produção.

Produto Interno e Produto Nacional

O **Produto Interno** corresponde ao valor da produção realizada no território económico nacional, isto é, tem por base um **critério espacial**. Deste modo, o Produto Interno de um país engloba a produção realizada a partir dos factores produtivos quer nacionais, quer estrangeiros, desde que a produção tenha lugar no território económico nacional. Assim o Produto Interno não inclui o saldo dos Rendimentos do Resto do Mundo. Este saldo resulta da diferença entre rendimentos dos factores produtivos vindos do exterior (**Rendimentos do Resto do Mundo**) e os rendimentos dos factores produtivos pagos ao exterior (**Rendimentos para o Resto do Mundo**).

Saldo dos Rendimentos do Resto do Mundo	=	Rendimentos **do** Resto do Mundo	-	Rendimentos **para** o Resto do Mundo

O **Produto Nacional** corresponde à produção realizada pelas unidades institucionais residentes, qualquer que seja o espaço económico em que essa produção seja efectuada. O Produto Nacional tem por base, pois, o **critério de residente**.

Tomemos agora como exemplos as seguintes situações, para ilustrar estes dois conceitos:

- Uma empresa de construção civil residente em São Tomé e Príncipe que esteja a operar em Angola. O valor acrescentado por esta empresa inclui-se no Produto Interno Angolano, uma vez que a produção se realiza no território económico Angolano. Mas, por outro lado, inclui-se no Produto Nacional de São Tomé e Príncipe o correspondente aos rendimentos que vêm para São Tomé e Príncipe.

- Uma empresa estrangeira não residente que explora uma roça em São Tomé e Príncipe. O valor acrescentado por esta empresa inclui-se no Produto Interno santomense; contudo, os rendimentos provenientes dos factores produtivos são enviados para o país de origem, logo fazem parte do Produto Nacional desse país e têm que ser subtraídos ao Produto Nacional santomense.

De facto, o Produto Nacional tem origem nas unidades institucionais residentes e nele inclui-se o saldo dos rendimentos do Resto do Mundo.

Assim, podemos traduzir o **Produto Nacional** pela igualdade que se segue:

$$PN = PI + \text{Saldo dos Rendimentos do Resto do Mundo}$$

Produto Bruto e Produto líquido

O cálculo do valor da produção pode ainda ser realizado tendo em conta o valor líquido, ou seja, o valor bruto menos o montante que se tem de por de lado em cada ano para repor a capacidade produtiva

Assim, podemos traduzir o **Produto líquido** pela igualdade seguinte:

$$PL = PB - \text{Amortizações}$$

Produto a preços correntes e produto a preços constantes

Quando se pretende efectuar comparações sobre a evolução do valor do produto em vários anos, põe-se o **problema dos preços** através dos quais é efectuado o cálculo do valor da produção. De facto, as comparações temporais podem induzir-nos em erro na avaliação dos níveis de produção. Com efeito, se considerarmos para cálculo do produto os **preços correntes**, isto é, os que vigoram no mercado, podemos verificar neste período variações nos preços motivadas, nomeadamente, pela inflação. Neste caso, os valores calculados podem dar-nos a ilusão de que houve uma variação do volume da produção sem que esta tenha existência real.

Vejamos um **exemplo** que ilustre este problema:

Vamos supor que a produção de canetas esferográficas, num dado país e num determinado ano, é igual a 1 milhão e que o seu preço no mercado é de 20 euros cada. Então, o valor da produção total nesse ano será de 20 milhões de euros. Se no ano seguinte, se verificar um aumento de preço de 10% relativamente ao do ano anterior, cada caneta passará a custar 22 euros. No caso da produção anual se manter, o valor da produção será de 22 milhões de euros. Portanto ao aumento do valor da produção, neste exemplo, não correspondeu um aumento efectivo da produção visto que ela se manteve, mas sim um aumento dos preços.

Para evitar esta situação e podermos fazer comparações temporais, o produto terá de ser calculado a preços **constantes**. Assim, o valor dos bens e serviços produzidos calculados a preços constantes tem como referência os preços de um dado ano considerado como ano base.

Na prática, utilizam-se os **números-índice** para deflacionar os preços relativamente ao ano base.

Só deste modo será possível uma comparação eficaz, eliminando os efeitos da inflação e avaliando se existiu, de facto, um aumento real da quantidade produzida.

$$\text{Deflactor} = \frac{\text{PIB preços correntes}}{\text{PIB preços constantes}}$$

2.5. CÁLCULO DA PRODUÇÃO PELA ÓPTICA DO RENDIMENTO

Através do cálculo da produção pela óptica do rendimento ficamos a conhecer quanto coube ao factor trabalho e quanto coube ao factor capital. Pela óptica do rendimento, o valor da produção de um país é igual à soma dos rendimentos alcançados pelos factores de produção

intervenientes no processo produtivo.

Componentes do Rendimento

As classes de rendimento consideradas na Contabilidade Nacional são as seguintes:

- Remunerações do trabalho

- Excedente Bruto de Exploração

As **remunerações** constituem o conjunto de todos os valores recebidos pelos trabalhadores por conta de outrem, incluindo os trabalhadores da função pública, e também as contribuições sociais que financiam a maioria das prestações sociais.

O **excedente bruto de exploração** corresponde ao saldo da conta de exploração e engloba os rendimentos provenientes do factor capital (renda+juro+lucro)

O valor dos impostos indirectos, depois de deduzidos os subsídios à produção pagos pelo Estado às empresas também fazem parte do Rendimento Nacional.

$$RN = \text{Remunerações} + \text{Excedente Bruto de Exploração} + \text{impostos indirectos} - \text{subsídios de exploração} + SRRM$$

Assim, o **Rendimento Nacional** corresponde ao **PNBpm**.

Rendimento Disponível Bruto

Outros rendimentos poderão aumentar as disponibilidades do país e das famílias. É o caso das transferências do resto do mundo, como as remessas de emigrantes, que vêm afinal aumentar as disponibilidades monetárias.

$$RDB = RN + \text{Transferências liquidas do resto do mundo}$$

2.6. CÁLCULO DA PRODUÇÃO PELA ÓPTICA DA DESPESA

Através do cálculo da produção pela óptica da despesa ficamos a saber como foi utilizada a produção em consumo e em investimento. Pela óptica da despesa, o valor da produção de um país é igual à soma dos gastos efectuados pelos agentes económicos desse país.

Componentes da Despesa

Na **Despesa** integram-se todas as aquisições de bens e serviços produzidos. Estes bens e

serviços podem ser destinados quer ao consumo, quer ao investimento. Vamos então analisar as duas grandes **componentes da despesa**:

- consumo

- investimento

O Consumo Total subdivide-se em **consumo público** (administração pública) e **consumo privado** (famílias). O **investimento** subdivide-se entre **Formação Bruta do Capital Fixo** e **Variação de Existências**, isto é:

Investimento Bruto = F.B.C.F. +/- Variação de Existências

Para a formação bruta do capital fixo podem contribuir quer as empresas, quer a Administração Pública através da aquisição de bens de equipamento. A variação de existências corresponde a um saldo, isto é, à diferença entre os valores calculados no início e no fim do ano, relativos às matérias-primas, produtos semi-acabados e produtos acabados que se encontrem em armazém.

Por este motivo, pode apresentar valores positivos, negativos ou ser nulo.

Procura Interna e Procura Global

A procura interna corresponde aos gastos realizados por residentes em relação à produção efectuada dentro de determinado território económico:

Procura Interna = Consumo Total + Investimento

Quando à procura interna acrescentamos a procura efectuada pelo resto do mundo obtemos a

Procura Global:

Procura Global = Procura Interna + Exportações

Despesa Interna e Despesa Nacional

Para calcular o valor da Despesa de um país, teremos que retirar ao valor da procura global o valor dos bens e serviços que foram adquiridos e utilizados nesse país, mas produzidos noutros países – **importações**. De facto, esta despesa em importações não corresponde a uma produção realizada no país em questão. Assim, podemos obter o valor da **Despesa Interna**:

DI = Consumo Total + F.B.C.F. + Variações Existências + Exportações – Importações

Para o cálculo da Despesa Interna apenas consideramos o **critério espacial**, isto é, as despesas efectuadas na aquisição de bens e serviços produzidos no território económico do país em análise. A Despesa Interna corresponde, desta forma, ao valor do produto interno.

Por outro lado a despesa é sempre calculada a **preços de mercado**, uma vez que se tem em conta as despesas efectuadas na aquisição de bens e serviços. Além disso, também não se entra em linha de conta, para o cálculo da despesa, com a despesa de consumo de capital fixo (amortizações). Quer isto dizer que a despesa se exprime a preços de mercado e em valor bruto.

Por este motivo podemos afirmar que **a Despesa Interna é igual ao PIBpm**:

DI = PIBpm

Se considerarmos o **critério das unidades institucionais residentes**, então teremos que ter em conta o **Saldo dos Rendimentos do Resto do Mundo**.

Se ao valor da Despesa Interna adicionarmos o saldo dos Rendimentos do Resto do Mundo obtemos o valor da Despesa Nacional que corresponde ao PNBpm. Assim:

DN = PNBpm = PIBpm + Saldo dos Rendimentos do Resto do Mundo

DN = Consumo Privado + Consumo Público + F.B.C.F. + Variação das Existências + Exportações – Importações + Saldo dos Rendimentos do Resto do Mundo

2.7. LIMITAÇÕES À CONTABILIDADE NACIONAL

Ao longo deste capítulo verificámos que a Contabilidade Nacional revela várias vantagens, nomeadamente como **instrumento de análise** da actividade económica, permitindo:

- recolher informações relativas a situações presentes e passadas;

- conhecer e ter informações completas sobre a actividade económica de um país;

- fazer comparações no tempo e no espaço;

- medir os resultados das acções dos poderes públicos;

- prever as reacções dos agentes económicos perante novas situações, como, por exemplo, aumento ou diminuição de lucros, da procura, do poder de compra, etc.

De facto, a Contabilidade Nacional constitui uma fonte de informação para os poderes públicos, parceiros sociais e economistas. Mas ela é também um **instrumento de previsão e planificação**. Com efeito, o estudo dos resultados passados e dos comportamentos verificados permite estabelecer previsões e fazer projecções a curto e a médio prazo. Estas projecções permitem aos poderes públicos tomar decisões. Contudo, apesar de todas estas vantagens, existem limitações à utilização da Contabilidade Nacional, nomeadamente ao nível da utilização de estatísticas. Por outro lado, a **Contabilidade Nacional não pode abranger toda a actividade económica**, uma vez que existem actividades não remuneradas, como por exemplo:
- os bens produzidos pelas famílias nos seus lares;
- o trabalho voluntário realizado em certas instituições não lucrativas;

Colocam-se, assim, as seguintes questões

- Será a Contabilidade Nacional capaz de avaliar o bem-estar das populações?

- Será o produto de um país um qualificador rigoroso da produção efectuada pela sociedade?

Com efeito, existem actividades que são efectuadas à margem da legislação social e fiscal, por exemplo, o trabalho clandestino, o trabalho infantil, o tráfico de droga, o contrabando, etc. É a chamada economia subterrânea.

A contabilidade, por outro lado, não é feita para medir o bem-estar ou o progresso social, pois o PIB tanto aumenta quando aumenta a produção de armas, como a de produtos alimentares ou os gastos em saúde. Também a poluição provocada por algumas produções não é registada na Contabilidade Nacional, bem como a delapidação dos recursos naturais não renováveis, a destruição do património natural e cultural ou dos ecossistemas.

Deste modo, não restam dúvidas de que a Contabilidade Nacional presta muitos serviços e o alargamento do seu campo tem boas perspectivas. Todavia, existem **limitações**. Com efeito, tanto em relação ao bem-estar e progresso de uma sociedade como no domínio social e ecológico uma grande parte da informação é qualitativa, não pode ser quantificada.

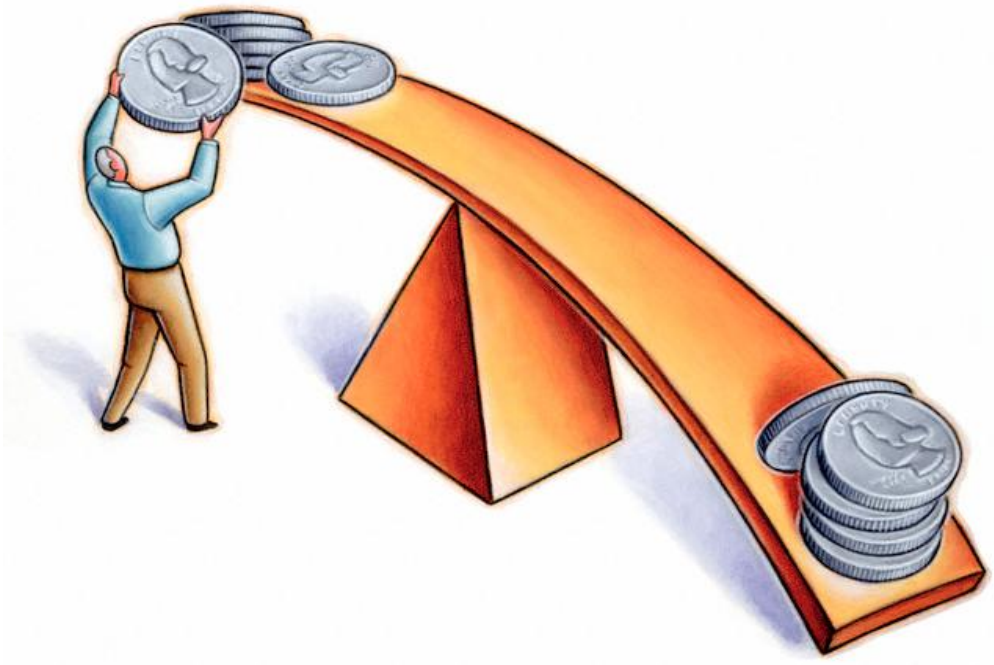
Em conclusão, a Contabilidade Nacional, ao medir a utilidade económica, está apenas a medir o que é rentável do ponto de vista empresarial. Mas, **poder-se-á medir tudo o que é essencial à vida?**

Os benefícios e os prejuízos indirectos resultantes do processo produtivo não são registados no cálculo do produto. Estes benefícios e prejuízos recebem o nome de **externalidades** que podem classificar-se como:

- **Positivas** – Quando existem benefícios indirectos em resultado de um processo produtivo (ex. novas técnicas de produção)

- **Negativas** – Quando existem efeitos negativos para a sociedade em resultado de um processo produtivo. (ex. poluição causada por algumas fábricas)

Existem novos caminhos no cálculo económico que estão a conduzir ao aparecimento de novos termos como o de eco fiscalidade, obrigando a rever algumas ideias feitas sobre contabilidade nacional.



EXERCÍCIOS:

1. O que entende por Contabilidade Nacional (C.N.).
2. É através da C.N. que se pode analisar a economia de um país. Em que termos o pode fazer ou quais os seus objectivos.
3. O que entende por Sector Institucional e Unidade Institucional.
4. Diga para os 7 Sectores Institucionais quais as suas funções e recursos principais, referindo algumas das particularidades existentes.
5. Qual o território Económico de São Tomé e Príncipe.
6. Por que ópticas pode ser determinado o valor do Produto de um país e como se procede em cada.
7. Para evitar a múltipla contagem, o cálculo do valor da produção pode ser pelo Método do Valores Acrescentados e pelo Método dos Consumos Finais. Calcule o valor do Produto por cada um deles de acordo com os seguintes movimentos: Temos as Empresas A, B, C e D e o Público "P": A comprou a D mercadoria no valor de 600 e depois vendeu a P por 500 e a B por 600, que por sua vez vendeu a C por 800 e ao P por 700. A Empresa C vendeu 1000 a De 1000 a P. A Empresa D vendeu a A 600 (como já foi dito) e vendeu 600 a P.
8. O que é o Produto Interno e o Produto Nacional.
9. Como se obtém o Saldo do Rendimento do Resto do Mundo (SRRM)?
10. O que significa Preços de Mercado (pm) e ao Custo de Factores (cf)?
11. Para se calcular o Produto de um ano valorizado aos preços de um ano passado (ano base), divide-se o Produto a preços correntes pelo I.P.C./ Deflator do PIB/PNB, multiplicando por 100. O Índice de Preços ao Consumidor (I. P. C.) obtém-se dividindo o valor a preços correntes do ano que se pretende pelos preços do ano base e multiplicando por 100. Exemplo: Ano de 2000 (11000 Euros), ano de 2006 (12000 Euros). Assim temos o Índice de 109. E a Taxa de Inflação e 109-100= 9%. Se se considerar os valores respectivamente de 11500 e 12800, qual será o IPC e o respectivo Preço Constante?
12. Que conclusões se obtém do cálculo do valor da Produção pelas 3 ópticas.

3. RELAÇÕES ECONÓMICAS COM O RESTO DO MUNDO

3.1. A NECESSIDADE E A DIVERSIDADE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A quase totalidade dos países actuais são países com economias abertas, ou seja, são países que estabelecem relações entre si. Estas relações tomam múltiplos aspectos e estabelecem-se, quer entre Estados, quer entre empresas, quer ainda a nível dos indivíduos.

Os Estados estabelecem relações políticas, culturais, sociais e económicas; as empresas importam e exportam, abrem filiais ou criam novas empresas no estrangeiro; os indivíduos saem para outros países para passear ou para trabalhar. Entre si, os países trocam produtos, serviços e capitais.

É esta teia de relações que se estabelecem entre os países, ou entre os seus residentes, que dão corpo às relações internacionais.

Já sabemos que a produção dos bens constitui o fundamento da vida social. Na sociedade moderna, que produz não simplesmente produtos, mas mercadorias, isto é, produtos destinados à troca, o processo de troca exprime a divisão do trabalho entre as empresas que produzem mercadorias.

Cada indivíduo, cada empresa, cada unidade de produção especializa-se na produção de uma determinada mercadoria, desenvolvendo capacidades que lhes permitam obter essa produção nas melhores condições possíveis e, depois, pelo sistema de trocas, compram os outros produtos de que necessitam para satisfazerem as suas necessidades.

Ao conjunto das relações de trocas estabelecidas entre as unidades residentes no mesmo território nacional dá-se o nome de comércio interno.

Tal como acontece com os indivíduos e as empresas, também entre os diferentes países acaba por ocorrer uma certa especialização das suas produções derivadas das condições naturais de cada nação, da riqueza dos seus recursos, da sua situação geográfica, da capacidade de obter custos de produção inferiores aos dos outros produtores ou produtos de qualidade superior. Estamos, neste caso, perante a Divisão Internacional do Trabalho, que é o fundamento do comércio externo.

Foi sobretudo a partir do século dezanove que se verificou um grande salto no comércio mundial. Com alguns altos e baixos, a tendência mantém-se: o comércio mundial cresce mais depressa que a produção mundial. Inicialmente dominado pela Grã-Bretanha, posteriormente pelos Estados Unidos, hoje o comércio mundial desenrola-se, em cerca de oitenta por cento, entre a Europa, os Estados Unidos e o Japão.

O comércio internacional está, pois, na base do desenvolvimento económico do mundo moderno, uma vez que permite uma melhor utilização dos recursos mundiais. Na lógica do comércio internacional, os países especializam-se na produção de bens e serviços para os quais tenham maiores aptidões. Fala-se então, na Divisão Internacional do Trabalho.

Associada a esta Divisão Internacional do Trabalho, está a noção de vantagem comparativa, que se traduz no seguinte:" um país com abundância numa determinada matéria-prima, petróleo, por exemplo, terá vantagens em exportar petróleo; mas se um país tiver mão-de-obra abundante poderá especializar-se em bens e serviços que requeiram muita mão-de-obra."

De referir, ainda, que as vantagens comparativas e a especialização que dai advêm não são rígidas, pois evoluem com o tempo. A evolução tecnológica, a inovação, a evolução dos salários e o nível de desenvolvimento explicam porque certos países não tenham que se confinar em determinadas especializações.

Para melhor ilustrar esta situação, vejamos o exemplo do caso português. Com efeito, a indústria portuguesa baseou-se durante décadas nas chamadas indústrias tradicionais (calçado, vestuário, têxteis, cortiça…) que eram competitivas no mercado externo, em virtude dos baixos salários praticados na altura. Mas,

actualmente, perante a concorrência imbatível dos produtos asiáticos, especialmente chineses, Portugal tem que fatalmente se virar para produções que contenham um maior valor acrescentado e com tecnologia mais evoluída.

Portanto, se analisarmos o comércio internacional de qualquer país, por mais industrializado e rico que seja, podemos tirar duas conclusões: todos os países importam e exportam grandes quantidades de bens e mesmo em relação a bens em que o país é especializado, se verificam importações de outros países. É o caso, por exemplo dos Estados Unidos, que sendo um grande produtor de automóveis, é também um grande importador quer de marcas europeias quer de marcas japonesas.

É, pois, indiscutível que as possibilidades de consumo dos residentes de um país são alargadas pelo comércio internacional, permitindo o acesso a certos produtos que não seria possível numa situação contrária de auto-suficiência.

Actualmente, a par dos grandes movimentos de mercadorias e capitais que se verificam entre os países, assiste-se também a fortes movimentações de pessoas. As pessoas deslocam-se de um país para o outro em viagens de turismo ou de negócios, ou porque exercem a sua profissão em país diferente daquele onde residem, ou porque emigram, temporária ou definitivamente, na procura de melhores condições de vida.

Os novos protagonistas dos fluxos migratórios internacionais, em crescente ascensão, movem-se não apenas por questões de sobrevivência (casos dos migrantes e dos refugiados políticos), como também, e cada vez mais, por motivos de negócios e de lazer.

A globalização e a circulação de informação são factores decisivos no aumento das migrações de negócios e de lazer. A internacionalização dos negócios possui evidentes consequências a nível dos movimentos dos agentes económicos. Mesmo o crescimento das comunicações virtuais não evita os contactos personalizados, as reuniões de trabalho, os seminários e conferências internacionais que tendem a multiplicar-se.

Todas estas movimentações dão origem a relações económicas entre os países, quer ao nível da troca de serviços, quer gerando fluxos de rendimentos, dos quais um dos mais significativos é constituído pelas remessas dos emigrantes.

3.2. O REGISTO DAS RELAÇÕES COM O RESTO DO MUNDO – A BALANÇA DE PAGAMENTOS

(OS DADOS AQUI APRESENTADOS DO BANCO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE SÃO FICTÍCIOS E APENAS SERVEM COMO DEMONSTRAÇÃO)

Tal como as relações entre os residentes de um país ou de uma empresa são registadas em instrumentos apropriados, como a contabilidade nacional ou a contabilidade das empresas, também as relações económicas entre os diversos países são objecto de registo.

O comércio internacional de mercadorias e serviços, as transferências de capitais, ou outras relações que dêem lugar a fluxos monetários entre os diferentes países são registadas em documentos próprios constituídos por um sistema de contas onde se registam todos os fluxos monetários que entram e saem de um país – **a Balança de Pagamentos**.

Os fluxos monetários podem ter origens diversas, e podem ser registadas nas diversas balanças em que se subdivide a Balança de Pagamentos:

operações que dão origem a pagamentos ao exterior (débitos):

- compra de mercadorias ao estrangeiro (importações);

- pagamento de serviços prestado de turismo, de transportes, etc.

- remessas para o exterior de rendimentos de capitais;

- donativos ou transferências sem contrapartida como as remessas de imigrantes;

- despesas governamentais com embaixadas ou vistas de governantes.

operações que dão origem a recebimentos ao exterior (créditos):

- venda de mercadorias ao estrangeiro (exportações);

- pagamento de serviços de turismo, de transportes prestados ao exterior;

- remessas do exterior de rendimentos de capitais;

- donativos ou transferências sem contrapartida como as remessas de emigrantes;

- despesas de governantes estrangeiros no território nacional.

As operações descritas são registadas nas diversas balanças que se subdivide a Balança de Pagamentos. Esta **Balança de Pagamentos divide-se nas seguintes componentes**, que estudaremos de seguida:

- Balança Corrente

- Balança de Capital

- Balança Financeira

3.3. A BALANÇA CORRENTE

É sem dúvida a componente mais importante da Balança de Pagamentos pelas informações que proporciona sobre o estado da economia de um país. A Balança Corrente, por sua vez, **também se divide em quatro outras balanças**:

(1) - Balança de Mercadorias;

(2) - Balança de Serviços;

(3) - Balança de Rendimentos;

(4) - Balança de Transferências Correntes.

(1) – Balança de Mercadorias

Nesta balança são registados os fluxos monetários resultantes das trocas de mercadorias do país com o exterior.

Quando um país compra mercadorias a outro país, esta a efectuar uma importação, a que corresponde, em termos monetários, a uma saída de moeda do seu país, e por isso, registada nesta balança de Mercadorias a débito.

O registo a crédito verifica-se quando o país vende mercadorias ao exterior, está a efectuar uma exportação, o que corresponde uma entrada de moeda.

Ora, como todos nós sabemos, as moedas divergem de país para país. Como se processam, então, os pagamentos internacionais correspondentes às trocas de mercadorias?

Normalmente, as trocas de mercadorias entre países de moedas diferentes são pagas através do recurso às divisas, ou seja, moedas com aceitação internacional, como sejam, o euro, o dólar.

O valor de uma moeda não é, contudo, algo de imutável. As moedas, tal como qualquer outra mercadoria, são objecto de transacção. Por isso, a taxa de câmbio pode ter dois movimentos:

- Quando a taxa de câmbio duma moeda desce, dizemos que se verificou uma desvalorização ou depreciação da moeda. Nesta situação, a moeda nacional passa, em termos internacionais, a ter menos valor, porque a mesma quantidade de moeda permite comprar no estrangeiro menos bens que anteriormente.
- Quando o movimento é no sentido de aumento da taxa de câmbio dessa moeda, dizemos que se verificou uma valorização ou apreciação da moeda, e, nessa situação, a moeda ganha valor, em termos internacionais, porque a mesma quantidade de moeda permite comprar mais bens que anteriormente.

Como facilmente se compreenderá, o saldo da Balança de Mercadorias resulta da diferença entre o valor do crédito (exportações) e o valor do débito (importações), ou seja:

BALANÇA DE MERCADORIAS = VALOR DAS EXPORTAÇÕES – VALOR DAS IMPORTAÇÕES

Vejamos, agora, como se calcula o saldo da Balança de Mercadorias. Baseando-nos em dados extraídos do Relatório do Banco de São Tomé e Príncipe.

BALANÇA	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
BALANÇA de MERCADORIAS	41.462	28.630	- 12.832

Como podemos observar, o saldo desta balança, neste caso, é negativo, já que o país importa mercadorias num valor superior ao das exportações.

Quando o saldo é negativo, dizemos que se trata dum saldo deficitário ou desfavorável.

Se o saldo é positivo, já falamos em saldo superavit ou favorável.

O saldo já será nulo ou equilibrado, se o valor das exportações for igual ao valor das importações.

Frequentemente, os governos intervêm na cotação da sua moeda, desvalorizando-a, com o objectivo de melhorarem o saldo da sua Balança de Mercadorias.

Na realidade, quando a moeda de um país desvaloriza, isso tem como consequência que os produtos por ele exportados se tornem mais baratos em moeda estrangeira, logo o valor das exportações desse país tem tendência a aumentar. Simultaneamente, os produtos importados tornam-se mais caros em moeda nacional, logo a tendência será para que o valor das importações diminua.

A conjugação destes dois efeitos contribui para a melhoria do saldo da Balança de Mercadorias.

Verificar-se-ão os efeitos contrários, ou seja, diminuição do valor das exportações e aumento do valor das importações, logo, agravamento do saldo, quando a moeda de um país sofre uma apreciação.

Mas a importância da Balança de Mercadorias, enquanto instrumento de análise da situação económica de um país, não se esgota no cálculo do seu saldo.

Dela podemos retirar outros instrumentos, habitualmente designados como Indicadores do Comércio Externo, dos quais se salientam, a Taxa de Cobertura e a Estrutura das Importações e das Exportações.

Comecemos pela Taxa de Cobertura, que se calcula da seguinte forma:

$$Taxa\ de\ cobertura = \frac{valor\ das\ exportações}{valor\ das\ importações} \times 100$$

Calculemos, então, o valor da Taxa de Cobertura relativa ao exercício dado:

$$\text{TAXA DE COBERTURA} = \frac{26.830,0}{41.462,2} \times 100 = 69,06\%$$

Este valor significa que as nossas exportações no referido ano de 2002, cobriram, apenas cerca de 69% das nossas importações.

Relacionemos, então, o saldo da Balança de Mercadorias com a Taxa de Cobertura:

- quando esta Balança é deficitária, ou seja, o seu saldo é negativo, a taxa de cobertura tem um valor inferior a 100, porque isto significa que o valor das exportações é inferior ao das importações;

- quando o saldo é nulo, ou seja, quando a Balança de Mercadorias está equilibrada, a taxa de cobertura é igual a 100, porque as exportações são, necessariamente, iguais às importações;

- quando o saldo da Balança de Mercadorias é superavit, a taxa de cobertura é superior a 100, porque as exportações são superiores, em valor, às importações

Vejamos, agora a estrutura das importações e exportações, esta implica uma análise mais aprofundada do tipo de bens sujeitos a importação e a exportação:

- quando um país importa essencialmente bens que incorporam uma elevada transformação industrial e, simultaneamente, exporta bens com fraca ou nenhuma transformação, isto é, bens agrícolas, estamos perante um país necessariamente pouco desenvolvido;

- a situação contraria, é aquela que mostra as exportações de um país essencialmente constituídas por bens industriais de alto valor acrescentado, resultantes da utilização de tecnologias mais avançadas, e normalmente acompanhadas de importações constituídas por bens de natureza primaria, é reveladora de um país bastante desenvolvido.

(2) - Balança de Serviços

Nesta Balança são registados os fluxos monetários resultantes da troca de serviços com o exterior. Vejamos alguns exemplos de serviços com o exterior:

- Turismo: os serviços de turismo prestados a estrangeiros que visitam o nosso país originam movimentos de entrada de divisas, assim como, o turismo efectuado pelos portugueses no estrangeiro dá origem a saída de divisas;
- Transportes: o transporte internacional de mercadorias pode ser efectuado por empresas nacionais ou estrangeiras e, por isso, dá origem a entradas e saídas de divisas;
- Seguros: o mesmo acontece com os seguros, que também podem ser efectuados por empresas nacionais ou estrangeiras, com a consequente entrada e saída de divisas;
- Outros serviços: compreende diversos tipos de serviços, entre os quais, por exemplo, as remunerações de artistas estrangeiros que actuam em São Tomé e Príncipe e dão origem a saída de divisas, ou o contrário, quando são os nossos artistas que actuam no estrangeiro;
- Operações governamentais: serviços prestados por organismos governamentais que dão origem a entrada e saída de divisas, consoante o tipo de serviços prestados.

BALANÇA DE SERVIÇOS = TURISMO + TRANSPORTES + SEGUROS + OUTROS SERVIÇOS + OPERAÇÕES GOVERNAMENTAIS

De acordo com os valores do Relatório do Banco de São Tomé e Príncipe, o saldo da Balança de Serviços é:

SERVIÇOS	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
TURISMO	2.407	6.259	3.852
TRANSPORTE	2.304	1.915	-389
SEGUROS	149	78	-71
OUTROS SERVIÇOS	1.793	1.939	145
OPERAÇÕES GOVERNAMENTAIS	165	1.142	-23
BALANÇA DE SERVIÇOS	6.818	10.332	3.514

(3) - Balança de Rendimentos

Nesta Balança são registados os fluxos monetários resultantes da movimentação de rendimentos, que são de dois tipos:

- Rendimentos do Trabalho;

- Rendimentos de Investimento.

BALANÇA DE RENDIMENTOS = RENDIMENTOS DE TRABALHO + RENDIMENTOS DE INVESTIMENTO

De acordo com os valores do Relatório do Banco de São Tomé e Príncipe, o saldo da Balança de Rendimentos é:

RENDIMENTOS	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
RENDIMENTOS DE TRABALHO	174	138	-36
RENDIMENTOS DE INVESTIMENTO	8.927	5.635	-3.291
BALANÇA DE RENDIMENTOS	9.101	5.773	3.327

(4) - Balança de Transacções Correntes

Nesta Balança registam-se os fluxos monetários que não têm contrapartida ao nível dos fluxos reais, daí a designação de transferências unilaterais e podem ser:

- Remessas de emigrantes e de imigrantes;

- Transferências correntes com a União Europeia e Africana;

- Fluxos financeiros associados à cooperação com outros Estados

- Dádivas e indemnizações de guerra.

Estas transferências são classificadas como:

- Transferências públicas – quando envolvem o Estado santomense.

- Transferências privadas – quando o Estado português não intervém, mesmo que provenientes de outro Estado ou organização estatal.

BALANÇA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES = TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS + TRANSFERÊNCIAS PRIVADAS

De acordo com os valores do Relatório do Banco de São Tomé e Príncipe, o saldo desta Balança é:

TRANSFERÊNCIAS	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS	1.632	1.975	343
TRANSFERÊNCIAS PRIVADAS	1.266	4.406	3.140
BALANÇA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.898	6.381	3.483

- BALANÇA CORRENTE –

Como já foi estudado, a Balança Corrente é o somatório da Balança de Mercadorias, com a Balança de Serviços, com a Balança de Rendimentos e com a Balança de Transferências Correntes.

Por isso, para calcular o saldo da Balança Corrente basta adicionar algebricamente os saldos das balanças que a compõem. Assim sendo:

BALANÇA CORRENTE = BALANÇA MERCADORIAS + BALANÇA SERVIÇOS + BALANÇA RENDIMENTOS + BALANÇA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

BALANÇAS	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
BALANÇA DE MERCADORIAS	41.462	28.630	-1.382
BALANÇA DE SERVIÇOS	6.818	10.332	3.514
BALANÇA DE RENDIMENTOS	9.101	5.773	3.328
BALANÇA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.898	6.381	3.483
BALANÇA CORRENTE	60.279	51.116	9.163

O saldo da Balança Corrente indica, de certa forma, se uma economia está a viver dentro dos limites do seu rendimento:

- se apresenta valores positivos, significa que a Poupança Interna é excedentária face às necessidades nacionais e que uma parte dessa poupança está a dirigir-se para o exterior;

- se, pelo contrário, o saldo é negativo, isso mostra que o nível da actividade económica interna está a ser apoiado através da entrada da Poupança externa.

3.4. A BALANÇA DE CAPITAL

Esta balança é composta por duas componentes importantes

- transferências de capital – como os fundos financeiros provenientes do Resto do Mundo;

- aquisição/cedências de activos não produzidos e não financeiros, isto é, a compras e venda de patentes, marcas, franchising, bem como, a compra de terrenos para embaixadas.

BALANÇA DE CAPITAL = TRANSFERÊNCIAS INTERNAS + ACTIVOS NÃO PRODUZIDOS E NÃO FINANCEIROS

De acordo com os valores do Relatório do Banco de São Tomé e Príncipe, o saldo da Balança de Capital é:

BALANÇA	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	183	2.157	1.974
ACTIVOS NÃO PRODUZIDOS	23	28	5
BALANÇA DE CAPITAL	206	2.185	1.979

3.5. A BALANÇA FINANCEIRA

Esta balança financeira regista todos os fluxos que envolvem mudanças de titularidade entre residentes e não residentes de activos financeiros. Esta balança comporta cinco rubricas:

- investimento directo – inclui as transacções de empresas efectuadas entre residentes e não residentes, como a compra de uma empresa estrangeira por um português;

- investimento em carteira – compreende a compra e a venda, de produtos financeiros entre residentes e não residentes de um país;

- outro investimento – engloba os depósitos bancários bem como os empréstimos realizados entre agentes económicos de diferentes países;

- derivados financeiros – compreende a compra e a venda, por parte de residentes e não residentes, de produtos financeiros cotados na Bolsa de Derivados de um país;

- activos de reserva – integra as transacções de moeda estrangeira efectuadas pelas autoridades monetárias e que, em virtude disso, fazem variar as suas reservas.

BALANÇA FINANCEIRA = INVESTIMENTO DIRECTO+ INVESTIMENTO EM CARTEIRA + OUTRO INVESTIMENTO+ DERIVADOS FINANCEIROS + ACTIVOS

De acordo com os valores do Relatório do Banco de São Tomé e Príncipe, o saldo da Balança Financeira é:

RÚBRICAS	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
INVESTIMENTO DIRECTO	25.553	26.350	796
INVESTIMENTO EM CARTEIRA	181.967	181.185	3.128
DERIVADOS FINANCEIROS	4.019	4.007	-118
OUTRO INVESTIMENTO	360.345	366.252	5.907
ACTIVOS DE RESERVAS	48.180	47.084	-1.096
BALANÇA FINANCEIRA	620.065	628.880	8.814

3.6. BALANÇA DE PAGAMENTOS

Esta balança define-se como sendo a balança somatória de todas as balanças existentes.

(+) BALANÇA DE MERCADORIAS

(+) BALANÇA DE SERVIÇOS

(+) BALANÇA DE RENDIMENTOS

(+) BALANÇA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

(+) BALANÇA CORRENTE

(+) BALANÇA DE CAPITAL

(+) BALANÇA FINANCEIRA

(=) BALANÇA DE PAGAMENTOS

RÚBRICAS	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
MERCADORIAS	41.462	28.630	-12.832
TRANSPORTES	2.304	1.915	-389
TURISMO	2.407	6.259	3.852
SEGUROS	149	78	-71
OUTROS SERVIÇOS	1.973	1.939	145
OPERAÇÕES GOVERNAMENTAIS	165	1.142	-23
RENDIMENTOS DO TRABALHO	174	138	-36
RENDIMENTOS DE INVESTIMENTO	8.927	5.635	-3.291
TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS	1.632	1.975	343
TRANSFERÊNCIAS PRIVADAS	1.266	4.406	3.140
BALANÇA CORRENTE	60.279	51.116	-9.163
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	183	2.157	1.974
AQUISIÇÕES DE ACTIVOS	23	28	5
BALANÇA DE CAPITAL	206	2.157	-1.979
INVESTIMENTO DIRECTO	25.553	26.350	796
INVESTIMENTO EM CARTEIRA	181.967	181.185	3.128
DERIVADOS FINANCEIROS	4.019	4.007	-118
OUTRO INVESTIMENTO	360.345	366.252	5.907
ACTIVOS DE RESERVAS	48.180	47.084	-1.096
BALANÇA FINANCEIRA	620.065	628.880	8.814
BALANÇA DE PAGAMENTOS	620.065	628.880	8.814

3.7. AS POLÍTICAS COMERCIAIS E A ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL (OCM)

O comércio externo proporciona um melhor bem-estar às populações, do que a falta desse comércio externo.

Mas, então, porque razão os países aplicam medidas de protecção ao seu comércio externo?

A questão está em saber qual a melhor solução para um país: o livre-cambismo ou o proteccionismo?

Os defensores do livre-cambismo, consideram que é preciso deixar circular livremente as mercadorias entre os países, pois a especialização que daí resulta será vantajosa para todos.

Já os defensores do proteccionismo, defendem a limitação das importações, preconizando a adopção de diversas instrumentos: fixação de direitos aduaneiros, contingentaçao, regulamentos especiais.

Apesar de reconhecidas as vantagens do comércio internacional no desenvolvimento económico do mundo, ainda hoje persiste uma questão que tem preocupado a política económica: deve ou não deve um país proteger a sua produção interna da concorrência das importações, através de barreiras ao comércio externo? As opiniões dividem-se.

Os economistas dirão que não. Eles estudaram que o comércio internacional promove a divisão internacional do trabalho e que o comércio livre permite a cada país expandir as suas possibilidades de produção e de consumo, e consequentemente, aumentar o nível de vida mundial.

Os industriais e governantes contestam esta posição, argumentando que devem proteger as indústrias contra a concorrência estrangeira. Sobretudo as indústrias novas, que se não forem protegidas, não conseguirão sobreviver à concorrência das indústrias estrangeiras mais antigas.

Então, como é que as taxas alfandegárias e a contingentação podem proteger as produções nacionais?

- as taxas alfandegárias, são taxas que recaem sobre as importações. Assim, qualquer produto que entre num país sofre um agravamento no seu custo igual à taxa alfandegária que lhe é aplicada. As taxas aduaneiras fazem subir os preços dos bens importados, logo fazem baixar o consumo dos mesmos, permitindo a expansão da produção nacional.

- a contingentação traduz-se numa restrição das importações através da fixação de valores máximos autorizados para as importações de determinado produto de um país. O seu efeito é idêntico ao das taxas aduaneiras, só que actua directamente sobre a quantidade procurada e não sobre o preço.

Existem ainda, outras formas de impedir um país tem de impedir um verdadeiro comércio livre, como são o caso dos subsídios à exportação.

- os subsídios à exportação, é outra forma que um país tem de impedir um verdadeiro comércio livre, pois, através destes subsídios, consegue-se tornar os produtos nacionais mais baratos e mais competitivos no comércio internacional.

Há também quem defenda uma outra forma de protecção, com a condição de ser temporária, como instrumento de estratégia comercial para forçar os países adeptos da protecção a abrirem os seus mercados, ou quando exista dumping ou contrafacção, que são práticas ilegais.

- o dumping traduz-se em vender um produto abaixo do seu custo de produção, como forma de conquistar o mercado, destruindo a concorrência. Um país que pratique o dumping, em regra vende mais barato ao estrangeiro do que no seu território.

- a contrafacção é a comercialização de produtos “falsos” a que são abusivamente postas marcas conhecidas, as falsas “camisas Lacoste”, por exemplo.

- Organização Mundial do Comércio (OMC) –

A Organização Mundial do Comércio, instituição internacional entrou em funções em Janeiro de 1955, e vela pelo respeito dos acordos comerciais internacionais e pela resolução dos diferendos que possam surgir nesse domínio.

Os objectivos da Organização Mundial do Comércio (OMC) são os seguintes:

- aumentar as trocas internacionais;

- estimular o crescimento económico e o emprego, tendo em conta o desenvolvimento;

- promover a participação dos países menos desenvolvidos no comércio internacional.

Globalmente o comércio internacional aumentou imenso após a criação do GATT. A verdade, porém, é que nem todos os países beneficiaram igualmente das vantagens. Os mais beneficiados foram os países desenvolvidos, que viram as suas trocas comerciais aumentarem imenso, beneficiando de um largo período de crescimento económico. O mesmo não se pode dizer dos países subdesenvolvidos, pois estes apresentam-se, com razão, excluídos do sistema de comércio.

Nas últimas reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC) vários países subdesenvolvidos têm vindo a reivindicar a revisão e clarificação de muitas regras e a anulação daquilo que eles consideram como obstáculos práticos a uma efectiva liberalização do comércio mundial.

Muitos dos actuais conflitos ou do passado estão associados à política de ajudas à produção agrícola. No passado e à medida que a União Europeia foi garantindo a sua auto-suficiência alimentar, passou a exportadora, competindo com os Estados Unidos. Esta mudança contribuiu para agudizar o conflito agrícola. Actualmente, no centro do diferendo continua o comércio mundial de produtos agrícolas, as ajudas aos agricultores europeus e americanos, a par dos subsídios à exportação que são contestados pelos grandes produtores agrícolas dos países subdesenvolvidos.

3.8. AS RELAÇÕES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE COM O RESTO DO MUNDO

De acordo com os dados da balança comercial, em 2009 observou-se uma modesta diminuição de importação e um aumento de exportação face ao igual período do ano anterior.

As exportações cresceram 22% em 2009, devido essencialmente, ao aumento dos preços de cacau nos mercados internacionais e da quantidade exportada. A exportação do cacau registou um incremento nominal na ordem dos 20%, o que contribuiu para a redução do défice comercial em cerca de 4,46 milhões de dobras. Embora a quantidade importada aumentou (15%) em 2009, ainda assim, as importações caíram em termos nominais, 0,24% face período homólogo, em virtude da queda dos preços de alguns produtos importados nos mercados internacionais. Este desempenho da balança comercial contribui para uma ligeira melhoria da taxa de cobertura de exportação pela importação, que passou de 4,9% em 2008 para 6% em 2009. O défice da balança comercial reduziu em cerca de 22,3 milhões de dobras em 2009.

No corrente ano a posição externa líquida teve também nos primeiros seis meses uma boa performance, isto é, as reservas internacionais líquidas foram suficientes para cobrir 5 meses de importação de bens e serviços.

EXERCÍCIOS

1. Diga se considera **V**erdadeiras ou **F**alsas as seguintes afirmações, justificando:

1.1. O comércio internacional engloba o comércio interno e o comércio externo.

1.2. Sempre que dois cidadãos de países diferentes realizam uma transacção comercial, esta faz parte do comércio internacional.

1.3. As receitas externas do turismo, bem como as remessas dos emigrantes contribuem para reduzir o défice da balança corrente santomense.

1.4. Uma taxa de cobertura de 70% significa que as importações representam 70% das exportações.

2. Os eventos de grande monta atraem para São Tomé e Príncipe atrai um grande número de estrangeiros. Explique o impacto que essa vinda de estrangeiros irá ter na balança pagamentos santomense.

3. Refira os objectivos da OMC.

4. Analise o seguinte quadro:

Países	Peso do comércio externo
País A	55,1
País B	65,4
País C	34,2

4.1. Explique o significado da expressão "peso do comércio externo".

4.2. Caracterize cada um dos países representados, no que respeita ao seu comércio externo.

4.3. Suponha que num determinado ano, o País A registou 147 milhões de euros de importações e 123 milhões de euros de exportações. Calcule a respectiva taxa de cobertura desse ano.

5. O comércio internacional é contra o Ambiente?

6. Explique em que consiste o princípio da "não discriminação".

4. FUNÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Quando uma comunidade deseja promover "interesses colectivos comuns, escolhe alguém a quem atribui o encargo de orientar as acções a desenvolver com vista a alcançar esses interesses colectivos. Ora, com o Estado passa-se o mesmo. O Estado é assim uma autoridade social que toma decisões concretas relativamente aos interesses colectivos e à resolução de conflitos e, ainda, impõe o respeito pelas regras em vigor. Ao Estado compete, portanto, a defesa dos "interesses colectivos". Independentemente da sua definição em concreto, os fins de Estado serão sempre a promoção do bem-estar económico e social, a realização da justiça social e a garantia da segurança.

Com a finalidade de cumprir o seu principal objectivo, a satisfação das necessidades colectivas, o Estado desenvolve todo um conjunto de actividades que se designam por funções. Assim, temos:

⇒ Função política: consiste na escolha de medidas de vária ordem (económica, social, cultural, ambiental, etc.), consideradas como as melhores para prossecução dos interesses colectivos.

⇒ Função legislativa: consiste na elaboração das leis que, de acordo com as opções políticas tomadas, vão regular a vida em sociedade.

⇒ Função executiva: consiste na necessidade do cumprimento da leis e na satisfação das necessidades colectivas, de acordo com as opções políticas e legislativas tomadas.

⇒ Função judicial: tem por fim administrar a justiça, assegurar a defesa dos direitos e interesses públicos e privados e punindo a violação da Constituição e das leis.

Mas esta classificação já não se coaduna com as funções que são atribuídas ao Estado contemporâneo, solicitado a intervir em múltiplos aspectos da vida social. Daí que hoje se adopte a seguinte classificação das funções de Estado.

⇒ Função política: através da qual o Estado garante os superiores interesses da Nação, promovendo a paz social, gerindo a administração pública e aplicando os recursos na satisfação das necessidades colectivas. Para isso, o Estado dispõe de diversas instituições, tais como as polícias, os tribunais ou o exército.

⇒ Função social: através da qual o Estado cria as condições necessárias ao bem-estar da população, garantindo padrões mínimos de vida aos cidadãos. A adopção de medidas efectivas de aumento dos rendimentos dos mais pobres, como a fixação do salário mínimo, a atribuição de um rendimento mínimo garantido às famílias mais carenciadas e a atribuição de subsídios aos desempregados, fazem parte da política social do Estado.

⇒ Função económica: através da qual o Estado promove o desenvolvimento económico, criando infra-estruturas, como a construção de estradas; apoiando a ciência e a investigação; promovendo a saúde e a educação; preservando os recursos naturais e o ambiente para garantir a satisfação das necessidades não só do presente, como das gerações vindouras.

Para levar a cabo cada uma destas funções o Estado dispõe de entidades próprias, designadas por órgãos de soberania e cujas competências se encontram constitucionalmente estabelecidas.

É oportuno referir que os órgãos não se confundem com os respectivos titulares: o órgão permanece sempre o mesmo, embora variem os seus titulares, que são cidadãos eleitos.

Pela mesma razão, quando acontece um órgão estar desprovido do seu titular, tal não origina o desaparecimento desse órgão de soberania.

Segundo a Constituição da República Santomense, são considerados órgãos de soberania: Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais.

1 - Presidente da República - eleito de cinco em cinco anos, por sufrágio universal directo e secreto, detém várias competências que vêem definidas na Constituição da República Santomense.

2 - Assembleia da República - eleita de quatro em quatro anos, representativa de todos os cidadãos portugueses; as suas competências vêem estabelecidas na Constituição da República Santomense.

3 - Governo - órgão de condução da política geral do país; os seus elementos são eleitos por períodos de quatro anos e as suas competências vêem definidas na Constituição da República Santomense.

4 - Tribunais - são os órgãos de soberania com competências para administrar a justiça em nome do povo. Compete aos tribunais assegurar, com independência, a defesa dos direitos dos cidadãos, resolver os conflitos de interesses públicos e privados.

Para levar a cabo as suas múltiplas tarefas, o Estado cria uma estrutura relativamente pesada a que se dá a designação de Sector Público.

O Sector Público abrange duas categorias muito diferentes, quer no aspecto jurídico, quer nas suas componentes económicas: - Sector Público Administrativo;
- Sector Empresarial do Estado.

O Sector Público Administrativo (Administração Pública) engloba o conjunto de serviços aos quais compete desempenhar as actividades tradicionais do Estado. Tratam-se de matérias de interesse geral, que não visam o lucro mas a satisfação de necessidades colectivas, como a saúde, a educação, a defesa, a segurança, etc. Assim sendo, incluem-se neste sector toda a orgânica do aparelho de Estado que suporta a gestão administrativa: ministérios, autarquias locais.

Entre nós, o Sector Público Administrativo abrange três subsectores:

- Administração Central, que inclui os órgãos e entidades estaduais com os seus serviços e departamentos directamente dependentes do Estado: Ministérios, Secretarias de Estado, Direcções-gerais, Institutos Públicos, etc.

- Administração Local, que engloba as autarquias locais (Municípios e Freguesias), visa satisfazer de forma eficiente as necessidades específicas das diversas comunidades locais.

- Segurança Social, que engloba todas as unidades institucionais, Centrais ou locais, cuja função principal se traduz no financiamento de prestações sociais a determinadas camadas da população.

O Sector Empresarial do Estado, é a designação dada ao sector produtivo do Estado que intervém directamente na produção de bens e serviços comercializáveis entrando, por vezes, em concorrência com o sector privado.

A sua intervenção enquanto empresário tem-se verificado, em muitos países, sobretudo nos sectores mais importantes da economia como, por exemplo, a siderurgia, os cimentos, as refinarias de petróleo, a banca, os transportes, etc., substituindo-se assim aos empresários privados.

Considera-se Sector Empresarial do Estado o conjunto de empresas em que o Estado detém o total ou a maioria do seu capital social. O carácter de empresa pública determina-se, portanto, pela propriedade, podendo distinguir-se:

- empresas públicas: são as empresas cuja propriedade é do Estado, ou seja, cuja totalidade do capital pertence ao Estado e que são criadas de raiz pelo próprio Estado;

- empresas mistas: são as empresas cuja propriedade é do Estado e de particulares, mas em que a maioria do capital pertence ao Estado, directa ou indirectamente, isto é, ou por seu próprio intermédio ou por intermédio de outras entidades públicas;

- empresas intervencionadas: são as empresas privadas em que, perante uma situação crítica, o Estado resolve intervir na sua gestão de forma a apoiar a sua recuperação.

Actualmente assiste-se ao evoluir da tendência no sentido de diminuir a intervenção do Estado na economia, reduzindo ao mínimo o Sector Empresarial do Estado e passando para o sector particular muitos serviços

essenciais que competem ao Estado, como é o caso da saúde ou da educação. Contudo, esta tendência não é aceite pacificamente por todas as correntes de opinião da sociedade santomense.

Os defensores de uma política de Estado menos intervencionista defendem uma intervenção do Estado na economia ao mínimo possível.

Argumentam que o Estado é um mau gestor e que as suas decisões são muito morosas. Para eles, o sector privado teria condições para fazer melhor e de forma mais produtiva aquilo que o Estado faz mal.

Já para os defensores de um Estado mais intervencionista defendem a manutenção dos serviços sociais e dos sectores chave da economia nas mãos do Estado.

Argumentam que os serviços públicos têm em vista a satisfação das necessidades colectivas, sobretudos das populações mais carenciadas, tendo que garantir serviços a preços baixos. Para eles, o sector privado, que funciona numa lógica de lucro, deixaria de cumprir essa função social, o que iria prejudicar os mais carenciados, agravando as fortes desigualdades sociais.

4.1. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ACTIVIDADE ECONÓMICA

As funções económicas e sociais do Estado

Dissemos que os fins do Estado estão inter-relacionados e interdependentes, mas destacámos o bem – estar económico e social como aquele que se prende directamente com o nosso estudo.

Efectivamente, se a actividade económica – objecto de estudo da Economia – é todo o esforço desenvolvido pelo Homem com vista à obtenção de bens para satisfazer as suas necessidades e aumentar o seu bem-estar, então, é fácil perceber que o Estado desempenha um papel importante na economia

Vimos que a função política consiste na múltipla escolha de medidas de carácter económico, social, cultural, etc., consideradas como as melhores para a prossecução dos interesses colectivos

Ora, os interesses colectivos revestem-se de aspectos tão diferentes como o mercado do trabalho e as condições de execução do mesmo, o nível de preços, a qualidade dos bens alimentares, da atmosfera, a qualidade e condições de ensino, dos cuidados de saúde prestados. Enfim, múltiplos aspectos, mas que podem ser reconduzidos a dois grandes grupos: um de carácter económico, o outro de carácter social.

Assim, falamos em funções económicas e sociais do Estado, que visam garantir a eficiência, a equidade e a estabilidade da vida económica e social.

Com efeito, na actualidade face à incerteza e à complexidade da vida económica, caracterizada por uma inflação constante, por um elevado desemprego, por uma pobreza e exclusão social cada vez maior, o Estado no desempenho das suas funções económicas e sociais deve procurar garantir uma eficiência nos seus recursos, uma equidade no acesso de toda a população aos bens e serviços essenciais, bem como, um a estabilidade, nomeadamente dão nível dos preços e ao nível do emprego.

- eficiência -

Nas economias modernas pressupõe-se que o mercado funcione, de acordo com a lógica de mercado, como um elemento equilibrado, isto é, os agentes económicos devem efectuar escolhas racionais e eficientes que lhes permitam um elevado grau de satisfação a um baixo custo.

Contudo, a realidade é bem diferente, pois o funcionamento do mercado nessas economias modernas, nem sempre funciona como a solução mais eficiente para os agentes económicos. Com efeito, verificam-se, muitas vezes falhas de mercado, como a poluição provocada pelas fábricas, nos rios ou nos solos, a existência de monopólios, etc.

Assim, quando o mercado se mostra incapaz de responder de uma forma eficiente às necessidades da economia, o Estado tem que intervir para corrigir essas falhas de mercado e assim poder garantir a eficiência da economia.

- equidade -

A distribuição dos rendimentos pelos Estado diversos agentes económicos geram desigualdades económicas que também se traduzem em desigualdades sociais.

Esta desigualdade na distribuição do rendimento provoca, em geral, um fosso cada vez maior entre os grupos de rendimentos elevados e os grupos de rendimentos de mais baixos. Com efeito, enquanto umas pessoas vivem na opulência, outras pessoas não conseguem ter acesso à satisfação das necessidades mais elementares.

Para evitar a existência destas situações de grandes desigualdades económicas e sociais entre os cidadãos, o Estado deverá garantir uma maior equidade entre as pessoas, efectuando assim uma redistribuição dos rendimentos.

- estabilidade -

Com alguma frequência, verificam-se nas economias reguladas pela livre iniciativa e pelo mecanismo do mercado, a existência de situações de instabilidade, caracterizadas por forte desemprego, por aumentos de preços, por falências de empresas, por quebras de produção.

Efectivamente, se podemos observar períodos em que se verificam aumentos de produção, em que há mais empregos e um melhor nível de vida, também, podemos observar outros períodos em que existem falências de empresas, aumento do desemprego e um pior nível de vida.

É para prevenir situações de instabilidade que o Estado deve intervir na economia de um país. Neste sentido, o

Estado põe em marcha um conjunto de medidas que protejam os trabalhadores afectados pelo desemprego ou medidas que levem os empresários a fixarem-se em zonas mais carenciadas, ou a produzirem certos bens em que é necessário aumentar sua oferta. Pode ainda o Estado, com o objectivo de garantir a estabilidade da economia, pôr em marcha um conjunto de medidas de combate à inflação e assim garantir a estabilidade dois preços e da moeda.

A complexidade das sociedades actuais exige que o Estado intervenha cada vez mais na actividade económica de um país, para corrigir as chamadas falhas de mercado. São consideradas falhas de mercado, a concorrência imperfeita, as externalidades e os bens públicos.

- concorrência imperfeita -

As economias actuais são caracterizadas por serem mercados de concorrência imperfeita, dominados por monopólios, oligopólios e concorrência monopolista.

Com efeito, as grandes empresas não utilizam, muitas vezes, as técnicas que minimizem os seus custos de produção, porque ao dominarem o mercado, conseguem impor preços mais elevados a par de uma oferta também elevada.

Por outro lado, o conceito de eficiência de uma empresa pode não coincidir com o do país, isto é, o interesse privado pode não se encontrar em sintonia com o interesse social.

É o que se passa quando as empresas colocam no mercado bens prejudiciais à saúde dos consumidores, porque pouparam recursos para atingir o máximo lucro, que é a finalidade dessas empresas. A crise das vacas loucas, os frangos com excesso de dioxinas, são exemplos reveladores de que os mercados não são eficientes, pois existem falhas de mercado.

- externalidades -

A ocorrência de externalidades justifica a intervenção do Estado na economia, no sentido de as minimizar, ou até, de as resolver.

Como já estudámos, uma externalidade, seja ela negativa ou positiva, está sempre associada à ideia de um custo ou de um benefício, que certa produção ou certo consumo teve a nível de toda a economia. Portanto, é também um custo social ou um benefício social e não apenas um custo económico, pelo que se justifica a intervenção do Estado.

- bens públicos -

Como facilmente se compreende, existem certos bens, os bens públicos, que devido às características que apresentam, não podem ser produzidos empresas. Com efeito, os bens públicos não são atractivos para a iniciativa privada, existindo assim uma falha de mercado relativamente à sua oferta. Por esta razão, o Estado tem que intervir para assegurar a sua produção.

O exemplo mais comum de bem público é a defesa nacional de um país. Com efeito, o Estado assegura a manutenção da defesa do país, o que para a iniciativa priva se tornaria pouco lucrativa, pois as pessoas que não pagassem para este serviço, no caso de um ataque, beneficiariam também deste serviço.

4.2. INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO ESTADO

Planeamento

Para levar a cabo a as suas tarefas, o Estado tem que elaborar um Plano de actuação. O Plano tem por finalidade estruturar a sua actuação de modo a conseguir:

- o desenvolvimento articulado de toda a economia;
- o aumento do bem-estar económico e social.
- adequar os recursos existentes às necessidades colectivas, de modo a alcançar-se a melhor utilização possível da capacidade produtiva da economia;

Por isso o Plano pode e dever resultar de um consenso alargado entre os parceiros sociais (associações patronais e sindicatos), pois a adesão e a cooperação dos agentes económicos particulares é fundamental para o cumprimento dos objectivos traçados. De facto, o Estado não tem meios para impor os objectivos definidos no Plano ao sector privado, mas somente ao sector público.

Daí que, para o sector público o Plano é imperativo, sendo os directores-gerais e os administradores das empresas públicas, obrigados a cumprir o Plano, isto é, são obrigados a orientarem a actuação dos seus serviços e das suas empresas com o que está determinado no referido Plano.

Mas para o sector privado o Plano já é meramente indicativo. Então, para levar os particulares a adoptarem os comportamentos desejados, o Estado lança mão de certas estratégias, nomeadamente, de política fiscal (concedendo isenções ou benefícios fiscais às actividades que pretende incentivar, ou, pelo contrário, tributando mais ou impondo restrições às actividades que pretende desincentivar); e de política financeira (concedendo subsídios, aumentando / diminuindo as taxas de juro).

Orçamento de Estado

A actuação do Estado exige um documento onde possa inscrever uma previsão das despesas que vai realizar e das receitas necessárias para as satisfazer. Esse documentando chama-se Orçamento de Estado. Trata-se de um documento de previsão e com uma duração limitada, geralmente de um ano, apresentando as seguintes características:

- documento de previsão, porque prevê as despesas a realizar e as receitas a obter num ano;

- documento politico, porque contém a autorização parlamentar para realizar as actividades inscritas;

- documento jurídico, porque traduz uma limitação de poderes do Estado no domínio financeiro;

- documento económico, porque revela a previsão da actividade económica do Estado.

Por isso, o Orçamento constitui um elemento essencial na actuação do Estado. A prestação de serviços de utilidade pública (educação, saúde, justiça, segurança, …) bem como, os abonos, os subsídios, implicam despesas, para as quais é necessário angariar receitas. Ora, através da análise das receitas e das despesas do Estado, podemos avaliar o grau da sua intervenção económica e social e das opções que presidem a essa actuação.

Por exemplo, a percentagem de despesas gasta em educação, saúde e defesa revelam as opções do Estado face a estes aspectos. Por outro lado, as suas fontes de financiamento revelam a situação económica do país.

O Orçamento é, assim, um instrumento de intervenção económica e social, pois através dele o Estado condiciona, de facto, a actividade económica. Por exemplo, o aumento generalizado de receitas pela cobrança de impostos, tem como consequência a redução do consumo privado e do investimento.

- receitas e despesas públicas -

As receitas públicas são os recursos do Estado para fazer face às despesas, podendo ser:

- receitas tributárias – que provêm da cobrança dos impostos.

- receitas creditícias - provenientes dos empréstimos concedidos.

- receitas patrimoniais – rendimentos vindos do património do Estado, por exemplo com a venda de instalações, com a venda de madeira das suas florestas.

É evidente, que dentro destas receitas do Estado, os impostos constituem, sem dúvida, a fatia mais importante.

Dentro dos impostos há que distinguir dois tipos:

- os impostos directos são os que incidem directamente sobre o rendimento ou sobre o património, sendo o

IRS e o IRC, os impostos directos mais conhecidos.

- os impostos indirectos são os que incidindo sobre o consumo e a despesa realizada, recaem indirectamente sobre o rendimento, como é o caso, por exemplo do IVA.

Convém referir que, pese embora a necessidade de cobrança de impostos seja reconhecida por todos, os impostos nunca foram populares e até sob o ponto de vista económico e social podem, por vezes, apresentar inconvenientes, sobretudo quando o valor da sua taxa é desajustado.

Por exemplo, os impostos directos fortemente progressivos podem ser desencorajadores para quem pretende obter rendimentos suplementares, e assim, constituírem-se elementos desincentivadores do crescimento económico.

Por outro lado, os impostos indirectos são socialmente mais injustos, já que por exemplo uma taxa elevada do IVA, embora seja igual parra todos, penaliza mais o cidadão pobre que o cidadão rico.

As despesas públicas são as despesas financiadas pelo Estado, sendo realizadas para a:

- pagamento de vencimentos aos funcionários públicos;

- pagamento das prestações sociais.

- compra de bens e serviços necessários ao bom funcionamento da Administração Pública. e demais serviços dependentes do Estado;

Quer as receitas quer as despesas, sob o ponto de vista económico, podem classificar-se em recitas e despesas correntes e, assim como, receitas e despesas de capital.

As receitas correntes são as receitas que Estado obtém dentro do período orçamental, como é o caso dos impostos, taxas.

Já são despesas correntes, as despesas que o Estado faz em bens de consumo, como o pagamento da energia, a compra de papel, o pagamento aos seus funcionários públicos.

Por outro lado, as receitas de capital, são as receitas que o Estado obtém originadas de aplicações da poupança do Estado, como empréstimos.

Por último, as despesas de capital são as despesas públicas em bens de capital, como a construção de estradas, de edifícios públicos, etc.

Para além da exposição do plano financeiro para um determinado período de tempo, o Orçamento de Estado constitui um instrumento de intervenção do Estado na esfera económica e social, já que, através das receitas cobradas e das despesas que efectua, o Estado influencia o comportamento dos agentes económicos e de toda a actividade económica em geral.

Ao nível das receitas, os impostos têm uma acção preponderante sobre o comportamento dos agentes económicos e sobre a actividade económica.

Os impostos directos actuam directamente na repartição dos rendimentos dos factores produtivos, gerando de certa forma um nivelamento dos rendimentos.

Os impostos indirectos, ao recaírem sobre os bens e serviços de consumo, podem estimular ou retrair o seu consumo e igualmente a sua produção e a oferta.

Também a nível das despesas o Estado pode actuar quer ao nível económico, quer ao nível social. O aumento das despesas correntes traduz-se geralmente num impacto positivo para os agentes económicos e para a actividade económica. Por exemplo, o aumento das despesas correntes pode, traduzir-se num aumento dos vencimentos da Função Pública, aumentando os seus rendimentos e naturalmente um maior consumo. Pode traduzir-se num aumento das despesas em bens de consumo do Estado o que provocará um aumento da produção de bens das empresas fornecedoras.

Do confronto entre o valor das receitas públicas e o valor das despesas públicas, resulta um saldo, o saldo do Orçamento de Estado.

Este saldo do orçamento de Estado, pode apresentar um equilíbrio, um défice ou um superavit.

Quando o Estado não consegue arrecadar recitas públicas suficientes para cobrir as despesas públicas, estamos perante um saldo orçamental negativo - défice orçamental.

Pelo contrário, quando o valor das receitas excede o valor das despesas públicas, estamos na presença de um saldo orçamental positivo - superavit orçamental.

O saldo orçamental constitui um indicador muito utilizado na análise da situação económica de um país, pois reflecte a evolução dos rendimentos dos agentes económicos.

Um saldo orçamental negativo, ou seja, o total das receitas a cobrar é menor do que o total das despesas a realizar, corresponde a uma situação de abrandamento da economia, pois há uma descida dos lucros das empresas, ou do consumo das famílias e, portanto, menos impostos pagos pelos contribuintes.

Um saldo orçamental positivo significa que as receitas públicas são superiores às despesas públicas. Assim, o Estado contribui para a poupança nacional e para a redução da despesa global da economia.

4.3. POLÍTICAS ECONÓMICAS E SOCIAIS

Já vimos, a economia de um país apresenta falhas de mercado, que justificam a intervenção do Estado na vida económica e social do país; para corrigir essas falhas o Estado utiliza vários instrumentos nas áreas económica e social.

Um dos instrumentos de intervenção a nível económico e social, utilizado pelo Estado, são as políticas económicas e sociais.

Podemos definir políticas económicas e sociais como o conjunto de actuações desenvolvidas pelo Estado, ao nível económico e social, com a finalidade de atingir objectivos previamente definidos.

Em termos gerais, o Estado ao definir políticas económicas e sócias, pretende garantir uma melhor utilização dos recursos disponíveis, de forma a melhorar o nível e a qualidade de vida dos cidadãos; pretende também, regulamentar a actividade económica, de forma a evitar situações de desemprego ou de inflação, e também pretende intervir na redistribuição dos rendimentos, de forma a reduzir as desigualdades sociais e a garantir uma justiça social.

- política económica -

Quando falamos em política económica, referimo-nos ao conjunto de acções levadas a cabo pelo Estado para alcançar determinados objectivos que foram previamente definidos.

Embora algumas pessoas distingam política económica de política social, essa distinção, no entanto, é mais aparente do que realidade.

Efectivamente, a realidade mostra que estas duas áreas, económicas e sociais, estão fortemente inter-relacionadas e que qualquer actuação numa dessas áreas terá repercussões na outra.

Assim, é habitual as pessoas falarem em política económica para se referirem a todos os instrumentos que o Estado utiliza para intervir na realidade económica e social, entendida esta como um todo.

- construção de uma política económica -

Em primeiro lugar, deve-se diagnosticar e caracterizar a situação económica e social do país naquele momento. Só depois deste passo é possível fixar os objectivos que se pretendem atingir, isto é, aquilo que se pretende modificar.

O passo seguinte será a escolha dos instrumentos mais adequados para alcançar os objectivos fixados, isto é, definir as medidas concretas e precisas a tomar para que os objectivos sejam alcançados e não apenas meras intenções inatingíveis.

Uma vez definidos os objectivos e escolhidos os instrumentos a utilizar, há que tomar decisões, ponderando os meios e os fins que se pretendem alcançar, para se passar à fase de implementação, da politica económica.

O processo ficará concluído com a avaliação dos resultados através da medição do grau de realização dos objectivos fixados. Nesta última fase, reinicia-se todo o processo, servindo o diagnóstico feito para apuramento da situação, como ponto de partida para a definição de novas políticas económicas.

- políticas conjunturais e estruturais -

Um aspecto importante na definição das políticas do Estado é a definição do seu horizonte temporal, pois a sua eficácia depende da oportunidade da sua aplicação no tempo certo. Desta forma, existem:

- políticas económicas conjunturais: tratam-se de políticas de curto prazo, destinadas a corrigir desequilíbrios que se vão gerando na economia, como o desemprego ou a inflação;

- politicas estruturais: quando se esperam resultados num período de médio ou longo prazo. Tratam-se de políticas em que se pretendem alterar as condições de funcionamento da economia

4.4. ALGUMAS DAS POLÍTICAS ECONÓMICAS E SOCIAIS DO ESTADO

Como as finalidades implicam uma actuação em diversas áreas, as políticas do Estado perpassam todo o domínio social, com especial incidência no campo económico. Daí podermos falar em políticas essencialmente económicas e em politicas essencialmente sociais.

As políticas essencialmente económicas podem incidir ou sobre um sector específico da actividade económica, políticas sectoriais, ou sobre áreas específicas – política monetária, política fiscal, política de emprego, etc.

As políticas essencialmente sociais, visam cumprir funções sociais, nomeadamente a satisfação das necessidades colectivas, como a política da educação, da saúde, de redistribuição de rendimentos, etc.

Como já sabemos, os fenómenos sociais são fenómenos totais. Daí que, mesmo quando o Estado actua através de políticas económicas, alcança também consequências sociais. Quando o Estado lança mão da política fiscal para operar uma política de redistribuição de rendimentos, corrige, de alguma forma, as desigualdades sociais. Vamos, de seguida, fazer uma breve referência às principais políticas económicas e sociais do Estado:

(1) - Política orçamental (2) - Politica monetária

(3) - Política fiscal (4) - Política de combate ao desemprego

(5) - Política de redistribuição de rendimentos (6) - Política ambiental

(1) - política orçamental

A política orçamental consiste na utilização do Orçamento de Estado, para atingir, fundamentalmente, os seguintes objectivos:

- satisfação das necessidades colectivas, uma vez que cabe ao Estado assegurar a satisfação de necessidades que, pela sua natureza, não podem ser produzidas (na totalidade ou em parte) pelo sector privado. É o caso, da educação, da saúde ou da justiça.

- redistribuição dos rendimentos, com vista a corrigir as desigualdades provocadas pela repartição dos rendimentos efectuada aquando da produção. O Estado pode, utilizando o Orçamento de Estado, efectuar uma redistribuição, pois ao aumentar a carga fiscal dos rendimentos mais elevados e a transferir rendimentos para famílias mais carenciadas, está a redistribuir rendimentos.

- estabilização da economia, pode o Estado através da utilização do Orçamento de Estado, estabilizar a actividade económica e promover o crescimento económico, sem fazer disparar a inflação. Assim, o Estado pode aumentar as despesas públicas e/ou reduzir os impostos, provocando um efeito expansionista da economia ou provocar um efeito contraccionista na situação contrária.

(2) - política monetária

A política monetária tem como principal objectivo garantir a estabilidade dos preços, como forma de assegurar o crescimento económico e o emprego.

Os principais instrumentos utilizados pela política monetária são, nomeadamente:

o enquadramento do crédito, ou seja, limitando ou aumentado o volume de crédito a conceder quer às famílias quer às empresas. Também pode o Estado utilizar a taxa de juro para aumentar ou diminuir o recurso ao crédito. Em qualquer desta duas situações, o objectivo é controlar a quantidade de moeda em circulação.

as operações de mercado aberto, que consistem na compra ou na venda de títulos da divida pública, por forma a diminuir ou a aumentar a quantidade de moeda em circulação.

as reservas obrigatórias. O Estado pode aumentar ou diminuir a quantidade de moeda em circulação ao reduzir ou aumentar a reserva monetária de caixa que os bancos são obrigados, por lei, a ter para poderem responder às solicitações dos seus clientes.

(3) - política fiscal

A política fiscal é uma das mais importantes políticas do Estado, senão mesmo a mais importante, visto que, se os organismos públicos não tiverem os recursos financeiros necessários, não poderão executar nenhuma das suas medidas.

Nesse sentido, a política fiscal tem como objectivos principais:

- a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas;

- a correcção da desigualdade na repartição dos rendimentos.

Como é sabido, a política fiscal incide sobre os impostos, que é a principal fonte de receitas públicas. Daí, que uma variação nos impostos traz consequências para a economia, pois pode fazer aumentar ou diminuir o rendimento disponível das famílias, o consumo privado e o investimento. Assim:

- aumento dos impostos - O aumento das receitas fiscais, através do aumento dos impostos, vai provocar a diminuição do rendimento pessoal disponível das famílias e a diminuição dos investimentos das empresas.

- redução dos impostos - Mas, se a prioridade do Estado é promover o crescimento económico, então, deve desenvolver uma política fiscal que estimule o consumo e o investimento. Deste modo, deve reduzir os impostos de forma a aumentar o rendimento disponível das famílias e os lucros das empresas.

A utilização de qualquer destes instrumentos fiscais traz consequências para economia. Uma política fiscal que estabeleça um aumento dos impostos, poderá estar a contribuir para reduzir o défice orçamental, mas também, poderá estar a comprometer o crescimento económico e a aumentar o desemprego.

Por outro lado, uma política fiscal que estabeleça uma redução de impostos, poderá contribuir para um maior

crescimento económico, é certo, mas também, poderá estar a contribuir para o aumento da inflação devido ao aumento da procura e da quantidade de moeda em circulação.

(4) - política de combate ao desemprego

A atenção dada pelos Estados à política de combate ao desemprego é muito grande., O desemprego é o principal factor de exclusão social, é considerado um dos problemas mais graves da actual sociedade.

As políticas de combate ao desemprego estão condicionadas e variam consoante as causas que em cada época levam a esta situação. Uma verdadeira política de combate ao desemprego não deve só reduzir o desemprego existente como também preveni-lo e evitá-lo.

As políticas de combate ao desemprego são, portanto, muito complexas e exigem uma actuação coordenada ao nível do Estado, dos trabalhadores e das empresas.

Vejamos, então, algumas das medidas, que se podem adoptar para a prevenção ao desemprego, bem como, alguns instrumentos utilizados pela política de combate ao desemprego.

- Adopção de medidas preventivas do desemprego devem assentar:

    - na empregabilidade dos candidatos a emprego;

    - na adaptação das empresas e dos trabalhadores às novas tecnologias;

    - na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

- Instrumentos das políticas de combate ao desemprego são de diversa ordem:

- aumento da escolaridade e sua adaptação às necessidades reais do país;

- incentivos às empresas, concessão de subsídios, isenções fiscais em acções que provam o emprego

- formação profissional contínua;

- diminuição da idade da reforma.

(5) - política de redistribuição de rendimentos

A política de redistribuição de rendimentos actua sobre os rendimentos e tem como prioridade reduzir as desigualdades sociais.

Esta política utiliza os instrumentos das políticas fiscal e orçamental, como sejam os impostos, a prestação de serviços essenciais, a fim de promover um melhor nível e qualidade de vida dos cidadãos.

Assim sendo, a política de redistribuição de rendimentos pode utilizar as seguintes medidas:

- carga fiscal: através da utilização de impostos directos progressivos. Deste modo, as famílias e as empresas com maiores rendimentos terão de pagar ao Estado um valor muito mais elevado. A receita obtida pode ser canalizada para serviços de apoio às famílias mais necessitadas.

- transferências sociais: através do aumento das pensões de reforma, invalidez, subsídio de desemprego, para as famílias mais desfavorecidas para que estas posam viver com mais dignidade.

- preços de alguns bens: através da prestação de serviços, na educação, na saúde, na habitação social, nos transportes públicos, postos à disposição dos cidadãos.

- sistema de segurança social: através da taxa única que os trabalhadores e as empresas pagam para a Segurança Social, o Estado recolhe receitas que depois são transferidas para as famílias sob a forma de subsídios de invalidez, de desemprego, em pensões de reforma ou abono de família.

(6) - política do ambiente

A preocupação com o ambiente passou a fazer parte do programa dos governos quando, pelos finais da década de sessenta, se passou a falar na destruição em que a Natureza estava a caminhar: seja a poluição, afectando a qualidade de vida das populações, seja, no esgotamento de recursos, que comprometia a satisfação das necessidades para as gerações futuras.

O reconhecimento da gravidade da situação e urgência de soluções levou os governos dos Estados a incluírem nos seus programas medidas de protecção ambiental.

Hoje, na maioria dos países, essa matéria já aparece como uma necessidade colectiva e considerada um direito fundamental, pelo que constitui um campo de intervenção obrigatória do Estado, impondo a definição de uma verdadeira política do ambiente. A actuação do Estado faz-se através:

- do poder legislativo, que usa para emitir normas de proibição ou de imposição, como:

  - proibição de certas actividades poluentes, em determinadas áreas;

  - imposição de limites para a emissão de poluentes, como o dióxido de carbono;

  - exigência de instalações e equipamentos antipoluentes, como filtros;

  - controlo do uso de recursos naturais por intermédio de cotas de extracção.

- de instrumentos económicos, como:

  - taxas de poluição que devem ser calculadas segundo o grau de degradação ambiental causado pelo poluidor;

- subsídios para incentivar os poluidores a reduzirem os níveis de poluição e adoptarem comportamentos antipoluidores;

- criação de mercados, consistindo na criação artificial de mercados para a poluição, que permitam aos agentes comprar ou vender direitos (cotas de poluição / direito de poluir)

Na actualidade, a generalidade dos países industrializados já assumiram políticas ambientais. Mas, mais importante do que autonomizar sectorialmente uma política ambiental, é assumir globalmente, uma verdadeira atitude de defesa do ambiente.

Esta atitude deverá funcionar como uma espécie de consciência crítica de todas as outras políticas, passando a constituir preocupação de todos os departamentos governamentais, tais como, obras públicas, indústria, pescas, etc.

Por outro lado, controlar a poluição apenas através da lei não chega. Há que implementar medidas eficazes, tais como a tributação e a responsabilização, princípio do utilizador/pagador e poluidor/pagador, em articulação com uma pronta e eficaz fiscalização.

Isto até que a defesa do ambiente seja assumida por todos como uma questão vital para a sobrevivência da Humanidade. Por se tratar de um problema global, impõem-se medidas concretas entre os países.

Depois de termos analisado algumas das principais políticas utilizadas pelo Estado, convém frisar que estas políticas não devem ser vistas como políticas independentes e que funcionam de forma automática. Com efeito, para atingir um determinado objectivo, o Estado pode optar por utilizar uma determinada política, embora existam outras que poderiam ser utilizadas.

Por outro lado, não devemos esquecer que o objectivo de uma determinada política pode ser, também, objectivo de outra política económica ou social.

Observemos o seguinte esquema, no qual se representam duas finalidades, o combate à inflação e o combate ao desemprego e as respectivas políticas e instrumentos que é possível utilizar.

FINALIDADE	OBJECTIVO	POLÍTICA UTILIZADA	INSTRUMENTOS
COMBATER A INFLAÇÃO	redução da procura	política orçamental	• aumento dos impostos • redução da despesa pública
	redução da procura	política monetária	• aumento das taxa de juro • limitações do crédito
	aumento da procura	política monetária	• operações no mercado aberto • aumento taxas de reserva
	redução de custos	política de rendimentos	• moderação salarial • concertação social
COMBATER O DESEMPREGO	aumento da procura	política orçamental	• redução de impostos • aumento da despesa pública
	aumento da procura	política monetária	• redução das taxas de juro • acesso ao crédito
	aumento produtividade	política de emprego	• incentivos às empresas • incentivos aos trabalhadores
	aumento produtividade	políticas estruturais	• redução das taxas de juro • linhas de crédito especiais

4.5. AS POLÍTICAS ECONÓMICAS E SOCIAIS DO ESTADO SANTOMENSE

Conforme escrito no Diário da República de São Tomé e Príncipe de 8 de Março de 2011 as Grandes Opções de Plano Para o Ano Económico de 2011 são os Objectivos Centrais e estratégicos do Governo:

1. Objectivo Central

1.1. O combate à pobreza e a resolução dos problemas que mais afligem a população mais desfavorecida e cujas soluções encontram se há décadas adiadas, constitui o objectivo central do Programa do Governo, e cujo alcance só é possível, através de acções que visam travar a degradação das condições económicas e sociais dos santomenses, como são as que serão aqui focalizadas nestas GOP.

1.2. Para que isto aconteça, o Governo agirá no sentido de melhorar a governação, revalorizar o sector primário da economia, o sector do turismo e melhorar o ambiente de negócios, sendo estas as principais alavancas de crescimento, criando para o efeito as bases para o desenvolvimento sustentável com a qualidade e promoção de condições de atracção do investimento estrangeiro. As infra-estruturas socioeconómicas merecerão uma atenção especial neste Programa.

2. Objectivos Estratégicos

2.1. As GOP têm em conta quadro objectivos estratégicos , a saber:

- Fazer uma boa governação que credibilize a classe dirigente;
- Promover o crescimento económico para mais e melhor emprego;
- Organizar e promover a coesão nacional;
- Reforçar a Autoridade do Estado.

EXERCÍCIOS

1. Diga se considera **V**erdadeiras ou **F**alsas as seguintes afirmações, justificando:

1.1. A política de redistribuição de rendimentos tanto pode ser realizada através de políticas sociais como de políticas fiscais.

1.2. As empresas mistas pertencem todas ao sector empresarial do Estado.

1.3. O aumento das despesas públicas aumentando os rendimentos distribuídos, provoca o aumento da produção.

1.4. As despesas públicas são um meio de intervenção do Estado nos planos económico e social.

2. Explique as circunstâncias que levaram o Estado a intervir na actividade económica.

3. Através da análise de artigos imprensa, identifique a tendência actual na sociedade santomense quanto à intervenção do Estado na economia.

4. O que compreende o Orçamento de Estado.

5. Quais as principais fontes de receitas do Estado.

6. Distinga despesas correntes de despesas de capital.

7. Explique como, a partir da análise de um Orçamento de Estado, se pode tirar conclusões sobre a política e social de um governo.

5. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

"Os tempos estão transformados, constatamos, e nações erguem-se pela força e grandeza, outras falham e caem. Tróia uma vez era grande na riqueza e em homens e deu por dez longos anos o seu sangue vital; enfraquecida agora Ela mostra a sua antiga ruína, das suas riquezas só as quebradas sepulturas dos antepassados."

Ovid - Metamorfoses

Há aproximadamente 2000 anos atrás , o peta romano Ovid escreveu um poema clássico chamado *Metamorfoses.* Os 15 capítulos do poema descrevem a criação e a história do mundo em termos das mitologias grega e romana, onde se verifica a permanente transformação dos deuses. Hoje, com a contínua e exponencial transformação das economias mundiais, está a acontecer uma metamorfose similar. É a metamorfose das economias e das actividades.

Nos dias de hoje, não passa um dia sem que algum comentador fale sobre a emergência da China, do Brasil, da Índia, ou da Rússia, como potências económicas. Os estudos indicam que estas quatro economias irão alcançar todos os outros países excepto os EUA e o Japão em 2050. Falando em dólares americanos, a China poderá alcançar a Alemanha no próximo ano, o Japão em 2015 e os EUA em 2039. A economia da Índia poderá ser maior que todas as outras exceptuando a dos EUA e a da China daqui a 30 anos e a Rússia irá alcançar a Alemanha, a França, a Itália e o Reino Unido.

As metamorfoses da economia (que ocorrem em economias gigantes como a China e a Índia) e as metamorfoses das actividades (os serviços não transaccionáveis tornando-se transaccionáveis) implicam que os países não forem capazes de responder efectivamente a estas mudanças estão em perigo de perder o "barco" e comprometerem toda a sua prosperidade.

5.1. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO - INTRODUÇÃO

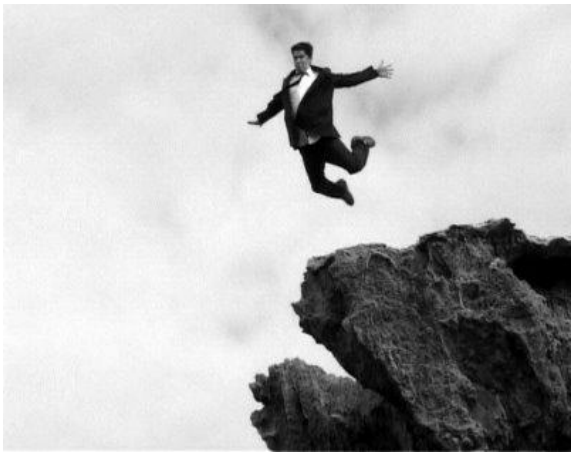
Há uma fábula budista em que cinco cegos tocam num elefante. Cada um toca numa parte do elefante e diz que são coisas diferentes: uma corda, uma árvore, uma parede... Tudo depende da parte do elefante em que tocavam. Por vezes é o que acontece com os diagnósticos dos problemas dos países...

"Empreendedorismo", "inovação", "internacionalização"..., são palavras da moda. Corre-se o risco de passarem a clichés sem ter impacto no problema fundamental - o espírito de criar, de inovar, de mexer... O problema está em usarmos e aplicarmos mal as palavras, e não os conceitos em si!

Afinal o que é, e para que serve o empreendedorismo? O conceito de empreendedorismo existe há bastante tempo e tem sido utilizado sob diferentes significados. Contudo, a sua popularidade renasceu nos últimos tempos, como se tivesse sido uma "descoberta súbita" e viesse definitivamente alterar a economia. Mas será que todos sabemos para que serve? Há uma coisa fundamental: *o empreendedorismo, relacionado com a criação de empresas, terá de ter a ver com empresas de inovação.* Se pensarmos em lojas como empreendedorismo, corremos o risco grave de cair na definição de empreendedorismo só com auto-emprego - o engraxador de sapatos é um empreendedor?

A ideia de que existe uma forte ligação entre inovação e empreendedorismo é defendida por um dos mais famosos especialistas nas áreas de Gestão - Peter Drucker:

"Inovação é a ferramenta específica dos empreendedores, o meio através do qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. Pode ser apresentada como uma disciplina, pode ser aprendida, pode ser praticada. Os empreendedores precisam de procurar decididamente as fontes de inovação, as mudanças e os seus sintomas que indicam oportunidades para inovações de sucesso."



5.2. EMPREENDEDORISMO, NOÇÕES E CONCEITOS

O conceito de empreendedorismo existe há bastante tempo e tem sido utilizado com diferentes significados. Contudo, a sua popularidade renasceu nos últimos tempos, como se tivesse sido uma "descoberta súbita". A partir de determinado momento foi como se se encontrasse a chave para abrir uma porta com a lâmpada de Aladino, de forma a alterar definitivamente o rumo da economia!

A palavra *empreendedorismo* deriva do francês "*entre*" e "*prendre*" que significa qualquer coisa como "estar no mercado entre o fornecedor e o consumidor". Muitas vezes é dada à palavra *empreendedorismo* uma conotação diferente, devido à confusão de significados que têm sido utilizados desde há séculos. Curioso é o facto de que ao escrever a palavra empreendedorismo, ela não é reconhecida no programa Microsoft Word, na língua portuguesa!

O economista francês do século dezoito, Richard Cantillon, terá sido o primeiro responsável pelo aparecimento desta noção, dando ao empreendedorismo uma conotação próxima da que tem hoje. Cantillon descreve um empreendedor como sendo uma pessoa que paga um certo preço por um produto para o vender a um preço incerto, tomando decisões sobre obter e usar recursos assumindo o risco empresarial. Também Adam Smith, faz uma referência aos empreendedores como sendo pessoas que reagem às alterações das economias, sendo agentes económicos que transformam a procura em oferta. Mas, talvez a definição mais próxima do conceito de empreendedorismo utilizada hoje seja a de Joseph Schumpeter, que refere que o empreendedor é quem aplica uma inovação no contexto dos negócios, que pode tomar várias formas:

- introdução de um novo produto
- introdução de um novo método de produção
- abertura de um novo mercado
- a aquisição de uma nova fonte de oferta de materiais
- a criação de uma nova empresa

É interessante notar que a definição histórica de inovação atribuída a Schumpeter significa o mesmo que hoje entendemos por empreendedorismo!

Actualmente é dito que o empreendedorismo é a prossecução de uma oportunidade sem olhar para quem controla os recursos, ou qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente por um indivíduo, equipa de indivíduos, ou negócios estabelecidos.

Mas antes de ficarmos mais perdidos com definições, parece-nos importante adoptar uma definição de empreendedorismo mais restrita: **empreendedorismo é o processo de criação e/ou expansão de negócios que são inovadores ou que nascem de a partir de oportunidades identificadas.**

- Formas de empreendedorismo:

Com se um vasto leque de definições não fosse o suficiente, os investigadores ao longo dos anos descreveram diferentes tipos de empreendedorismo. Um último estudo indica que alguns dos tipos de empreendedorismo que podemos encontrar são:

- empreendedorismo por necessidade
- empreendedorismo ético
- empreendedorismo de capital
- empreendedorismo electrónico
- empreendedorismo familiar
- empreendedorismo comunitário
- empreendedorismo municipal
- empreendedorismo estatal
- empreendedorismo local
- empreendedorismo na terceira idade
- empreendedorismo em jovens

Não querendo alongar em explicações de todos estes empreendedorismo que me parecem óbvios, iremos apenas comentar dois tipos de empreendedorismo que não consistem na criação de empresas.

Intra-empreendedorismo

Se o espírito empreendedor tivesse que ser dado focando-se num dos tipos de empreendedorismo, então certamente o Intra-empreendedorismo tem um papel importante numa organização. Estes são os empreendedores que operam com sucesso numa organização estabelecida ou em parceria com outros empreendedores que abrangem os atributos e capacidades que eles não têm. Um empreendedor é uma pessoa dentro de uma grande empresa que tem responsabilidade directa em tornar uma ideia num produto final lucrativo após inovação.

Existe uma cultura nas grandes empresas de fomentar estes tipo de atitudes nos seus funcionários, traduzindo-se em apoio tanto ao nível financeiro, como na facilidade de gestão de horário laboral.

Empreendedorismo Social

Os impactos mais alargados que o empreendedorismo pode ter na sociedade vêm na forma de empreendedorismo social que pode ser definido como, empreendedorismo não apenas como um fenómeno registável nas empresas, mas também nas instituições sem fins lucrativos, vulgo ONG´s.

Os empreendedores sociais são indivíduos que têm soluções de inovação para problemas sociais. São ambiciosos e persistentes, enfrentam os maiores problemas sociais e oferecem alterações de larga escala.

Os empreendedores nos negócios transformam a economia ao deslocarem recursos para áreas que ainda não estão servidas. Os empreendedores sociais partilham muitas das mesmas qualidades, mas o seu primeiro efeito vai para actividades que geram mudanças sociais. Os sectores não lucrativos constituem um sector da sociedade com forte crescimento.

Alguns exemplos de empreendedorismo social:

- Bill Drayton que criou a fundação Ashoka e definiu como alvo dos seus recursos financiar e apoiar empreendedores em todo o mundo.
- Veronica Khosa que desenvolveu um modelo de cuidados ao domicílio para doentes com SIDA que alterou a política governamental do seu país, África do Sul.
- J.B. Schramm que ajudou milhares de estudantes com baixos rendimentos a entrar na universidade, nos EUA

- Fábio Rosa que levou electricidade a milhares de pessoas em lugares isolados no Brasil
- Yunus que criou o micro crédito que permitiu a milhares de pessoas criarem o seu próprio negócio.

Poderemos ser todos empreendedores?

Poderemos ser todos empreendedores? Ou será que existe algum traço individual que torne uns indivíduos mais empreendedores do que outros? Será que a personalidade determina o sucesso dum empreendedor?

Como em quase tudo na vida existem pessoas que nascem pré-dispostas a qualquer coisa, embora outras sem essa pré-disposição, mas com muita força de vontade conseguem superar todos os outros.

Resta-nos a pergunta então de quais serão as capacidades necessárias para ser um bom empreendedor?

O que é necessário para ser empreendedor?

Houve uma altura que a motivação e a boa vontade eram suficientes, mas nos dias de hoje, com a concorrência existente os empreendedores devem estar aptos a fazer cinco tarefas:

- identificar e analisar uma oportunidade
- definir um conceito de negócio
- identificar os recursos necessários
- adquirir os recursos necessários
- implementar o negócio

Para além das capacidades as áreas de capacidades/conhecimentos são cruciais para o sucesso do empreendedor:

- liderança
- comunicação (oral e escrita)
- relações humanas
- gestão
- negociação
- raciocínio lógico e analítico
- tomada de decisão e definição de objectivos
- preparação de um plano de negócios

5.3. INOVAÇÃO, NOÇÃO E CONCEITOS

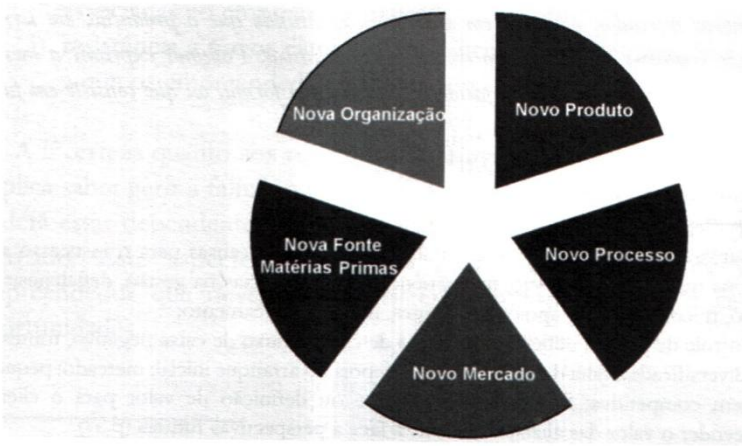
A palavra inovar deriva do Latim *in+novare*, que significa "fazer novo", renovar ou alterar. De forma simples inovação significa ter uma ideia nova ou, por vezes, aplicar ideias de outras pessoas em novidades ou de forma nova. A inovação é a criação de coisas novas ou o rearranjar de coisas antigas mas de uma nova forma.

Então o que é a inovação? O processo e a busca de uma definição...

Sucintamente a inovação é a exploração de novas ideias que encontram aceitação no mercado, usualmente incorporando novas tecnologias, processos, design e uma melhor prática. O processo de inovação geralmente envolve as seguintes fases:

- ter uma nova ideia ou repensar umas ideia antiga
- reconhecer oportunidades que existem e podem ser promovidas
- escolher as melhores alternativas
- aplicação da ideia e do processo

OS CINCO TIPOS DE INOVAÇÃO SCHUMPETERIANA

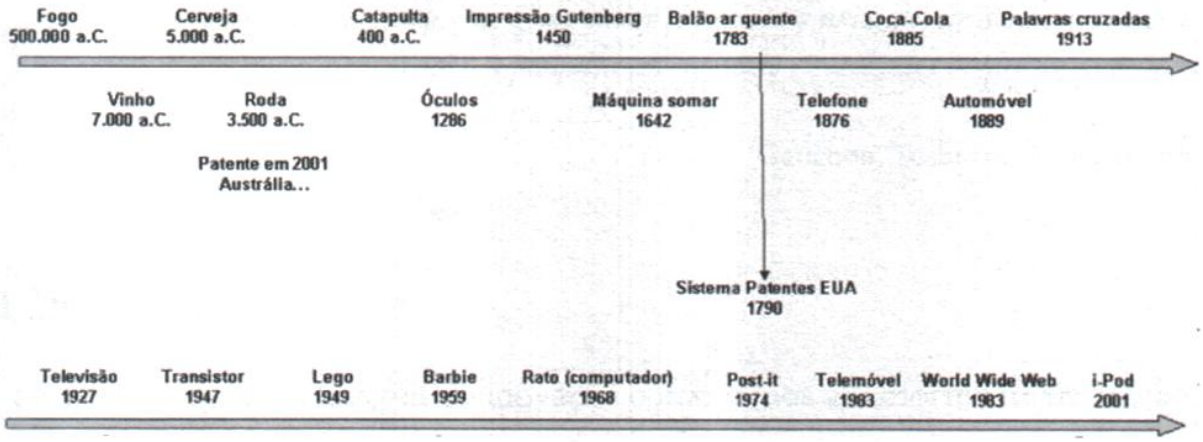


Porquê inovar? Inovação e crescimento económico.

Qualquer negócio tem duas exigências básicas: deve executar as suas capacidades correntes para sobreviver aos desafios dos dias de hoje e deve adaptar essas actividades para sobreviver nos dias de amanhã.

Numa economia do conhecimento, as empresas devem desenvolver novos produtos e serviços para aumentar os resultados. Hoje, dada a forte concorrência e instabilidade do mercado em geral, para se manter competitiva e lucrativa, uma empresa deve desenvolver novas ideias e conceitos para se manter à frente da concorrência. É através da inovação que as empresas podem criar valor e diferenciar os seus produtos e serviços da concorrência. Na economia global de hoje a vantagem competitiva é alcançada pelo acesso aos melhores investigadores e aos líderes da imaginação. A liberalização das trocas tanto ao nível das mercadorias como dos mercados financeiros associada aos avanços das tecnologias de informação e comunicações, reduzem as barreiras geográficas da troca, deixando as empresas e os países mais vulneráveis à competição internacional. Isto reforça a necessidade das empresas inovarem continuamente, adaptarem e criarem novos produtos e serviços para competir para além das fronteiras regionais. É daqui que se consegue retirar a importância dada por parte das empresas ao "departamento" de I&D (Investigação e Desenvolvimento) ou R&D (Research and Development)

UMA CRONOLOGIA DE (ALGUMAS) INOVAÇÕES



TIPOLOGIAS E CLASSIFICAÇÕES DE INOVAÇÃO

Verificámos anteriormente os cinco tipos de inovação de Schumpeter. Essa classificação vem directamente da sua definição de inovação. A tipologia diferencia a inovação conforme duas perspectivas: a perspectiva Macro e a perspectiva Micro. Na perspectiva Macro, a inovação tem a ver com novidades para o mundo, para a indústria e para o mercado. Esta sim, é uma inovação muito ligada à descontinuidade tecnológica, ao aumento da produtividade e ao consequente aumento da competitividade das empresas, indo ao encontro de um paradigma de mudança no estado da ciência e da tecnologia, procurando novos recursos em I&D e/ou novos processos de produção. Por seu turno, a perspectiva Micro vê a inovação como novidades para a empresa e para o consumidor.

Hoje, as empresas com padrão inovador, podem escolher trabalhar a partir de dois pontos de partida - criar por completo novos produtos e serviços ou fazer melhoramentos em produtos ou serviços existentes.

UMA TIPOLOGIA DE INOVAÇÃO

Tipo de inovação	Exemplo
Inovação de Produto	Produto novo ou melhorado.
Inovação de Processo	Processo de produção novo ou melhorado
Inovação Organizacional	Nova estrutura organizacional: uma nova divisão, um novo sistema interno de comunicação, inteligência empresarial, investigação de mercado, etc.
Inovação na Gestão	Novas práticas de gestão: TQM, BPR (reengenharia de processos e negócios)
Inovação no Marketing	Novas práticas de marketing: novas formas de financiamento, nova abordagem de vendas

Fonte: Wikipedia.

Conceito de inovação e mercados - Um modelo de inovação estratégica : Matriz Ansoff

Um exemplo representativo do que é usualmente considerado um modelo de estratégia é a matriz de Ansoff. Também chamada de grelha de expansão de produto/mercado de Ansoff, é um modelo que, apesar do meio século de existência, ainda é popular no mundo dos negócios, para determinar as oportunidades de

crescimento dos mesmos. Duas dimensões determinam o espaço em causa, produtos e mercados. A ferramenta Ansoff permite analisar quatro estratégias genéricas de crescimento:

1. Penetração no Mercado. Vender mais dos mesmos produtos ou serviços na actual combinação de produto e mercado. A estratégia é normalmente para ser realizada via economias de escala, aumentando a eficiência produtiva, da distribuição e aumentando o poder de compra.
2. Desenvolvimento do Mercado. Esta estratégia refere-se a vender mais dos produtos existentes em novos mercados e canais. Estas estratégias implicam atrair clientes aos competidores ou introduzir novas marcas no mercado. Novos mercados podem ser explorados internacionalmente.
3. Desenvolvimento do produto. Neste caso refere-se aos desenvolvimento de novos produtos para substituir ou complementar os existentes. O foco é no desenvolvimento de produto a clientes regulares.
4. Diversificação. Este espaço refere-se a vender novos produtos ou serviços em novos mercados. As estratégias de diversificação podem aumentar (devido à novidade) ou reduzir os riscos (ao diversificar o risco). Dentro do espaço de diversificação, quatro vectores podem ser identificados:
    - Diversificação horizontal - aquisição ou desenvolvimento de novos produtos introduzidos no grupo de consumidores actual.
    - Diversificação vertical - movimento ao longo dos negócios dos fornecedores ou consumidores para assegurar fornecimentos ou fortalecer os consumos.
    - Diversificação concêntrica - introdução de novas linhas de produtos ou serviços relacionados proximamente com as já existentes, para um novo grupo de consumidores.
    - Diversificação conglomeral - introdução de novos produtos que são completamente novos tecnologicamente, procurando novos grupos de consumidores.

Produto / Mercado	Actual	Novo
Actual	Penetração no mercado	Desenvolvimento de produtos
Novo	Desenvolvimento de mercados	Diversificação

5.4. PLANO DE NEGÓCIOS

Um plano de negócios bem estruturado é fundamental para o sucesso do novo empreendimento. Muitos empreendedores fracassam por não terem feito com a devida atenção a lição de casa.

O plano do novo empreendimento não precisa ser sofisticado. Mas tem que tocar nos aspectos certos, permitir as análises certas, induzir às decisões críticas para o sucesso do empreendimento.

Segue-se um guia passo-a-passo para a montagem de um plano de negócios. Não é o único modelo de plano que existe, mas é um modelo bom. Feito com a devida atenção vai ajudá-lo a ter mais segurança na implantação de um novo empreendimento.

Guia para montagem do plano

(Um plano tem que ser simples, não importando quanto estudo você tenha feito antes de formulá-lo. Note que você não precisa se ter somente este plano. Você pode fazer estudos demorados e detalhados do negócio que deseja montar. Mas, na hora de formular o plano, opte pela simplicidade.)

O presente roteiro compreende os quatros elementos fundamentais da montagem do plano:

1. Conceito de Negócio

2. Funções Fundamentais do Negócio

3. Planos de Acção

4. Orçamento

1. Conceito de Negócio

Antes de mais nada é necessário haver uma definição clara e objectiva das características do novo negócio. O conjunto das características que resolvemos dar a um negócio chama-se conceito de negócio, isto é, deve-se ter a ideia detalhada em toda a sua riqueza.

Para definir o conceito do negócio precisamos fazer algumas análises. A definição do conceito é basicamente a decisão dos tópicos mais importantes de análise.

Alguns exemplos de ideias e conceitos:

Ideia	Conceito
Lanchonete	Pequena lanchonete situada perto de escola de segundo grau, com decoração descontraída capaz de atrair os estudantes. Música ambiente de gosto juvenil. Podem ser oferecidos três tipos de lanches, além de refrigerantes e sumos.
Livraria	Livraria de pequeno porte especializada em bestsellers, mas que oferece serviço de busca de qualquer livro para o cliente e entrega em 24h. Os bestsellers do momento sempre estarão expostos. Terá cerca de mil títulos em stock.
Pastelaria	Pastelaria que oferecerá 10 tipos de pastéis, sendo sete salgados e três doces. Oferecerá também 10 tipos de sumos. Os pastéis serão comprados de terceiros e serão fritos na hora.

Como se vai definir o conceito?

Análises	Decisões	Observações
Mercado: **Qual é o mercado existente para o negócio, como ele é, como se comporta?**	**Mercado a atender:** Que parcela do mercado o negócio deve atender? A quem ele vai se destinar?	A questão fundamental é atender bem uma parcela seleccionada do mercado. Essa escolha é crítica.
Concorrência: **Quem são os concorrentes, o que eles tem de bom e mau?**	**Posição competitiva:** Como vou sobreviver à concorrência? O que vou oferecer aos meus clientes que permita minha sobrevivência?	É fundamental achar uma posição para a nova empresa dentro da arena competitiva. Preço? Qualidade? Serviços? O empreendedor deve buscar sua proposta.
Sistema produtivo: **Como se produz esse tipo de produto/serviço?**	**Fórmula produtiva da empresa:** Como nós vamos produzir?	Temos de ver como usualmente se faz e achar o nosso jeito particular de fazer.
Sistema de organização: **Como os outros se organizam para operar esse tipo de negócio?**	**Fórmula de organização da empresa:** Como vamos nos organizar?	Vendo a organização dos outros, decidiremos como queremos nos organizar.

Sistema de divulgação e vendas: **Como os outros fazem o seu marketing, isto é, divulgam seu negócio e vendem?**	**Fórmula de divulgação e vendas da empresa:** Como faremos a divulgação e a venda.	Aqui também observaremos forças e fraquezas dos outros antes de decidir o que fazer.
Outros aspectos: **Outros aspectos relevantes das empresas que operam no ramo.**	**Outras características:** Características da empresa quanto a esses aspectos.	É importante não perder de vista que cada negócio tem suas particularidades.

Com a elaboração das decisões sobre o mercado, posição competitiva e fórmula de produção, já estamos a definir o conceito, ou seja, definindo o nosso negócio em detalhe.

2. Funções fundamentais do negócio

Em qualquer negócio, temos algumas funções essenciais, tais como:

Produção

- Onde se vai obter a matéria prima? A que custo? Em que condições?

- Que equipamento será necessário?

- Qual o nível de stock de matéria prima e de produtos acabados?

- Questões ligadas à qualidade, embalagem, transporte, etc.

Vendas (plano de marketing)

- Quem vai vender e como?

- Qual será a nossa proposta básica ao cliente?

- Qual a nossa oferta em termos de prazo, crédito e serviços?

- Como agiremos com distribuidores, representantes?

- Como faremos a divulgação dos produtos/serviços?

- Outras questões fundamentais de vendas: renumeração dos vendedores, ajudas de custo, movimentação no território, etc.

Organizar e controlar

- Quantas pessoas são necessárias para o negócio funcionar?

- Quais as funções básicas?

- Como renumeraremos? Níveis e formas?

- Quem fará a supervisão?

- Quais são as actividades básicas de cada um e como se devem executar?

- Outras questões fundamentais como, arquivos, documentos, etc.

3. Planos de acção

Agora que já se sabem as características (conceito) e como será a organização que vai dar suporte ao seu funcionamento (funções fundamentais) é necessário fazer um plano de acção. O plano deverá responder a três questões fundamentais:

1. O que precisamos para implementar o novo negócio?
   Actividades fundamentais.

2. Quando faremos cada uma dessas actividades?
   Cronograma.
3. Quem tomar conta?
   Responsabilidades.

Estamos a fazer um plano de acção para a implantação de um novo negócio. Esse plano não precisa de ser sofisticado, pode ser simples, mas deve obrigatoriamente ser objectivo e directo. Ele será um guia para orientar as nossas acções de implementação do novo negócio.

O empreendedor pode fazer tantos planos quantos forem necessários, dependendo do estágio da implantação e da complexidade do negócio.

4. Orçamento

Agora precisamos de por tudo em números. Precisamos fazer um orçamento bem feito, que nos oriente nos gastos e nos ajude a mantê-los sobre controle.

Para fazer esse orçamento, três questões fundamentais:

1. Quanto vamos investir para implantar o novo negócio?
2. Quanto esse negócio vai facturar por mês e quanto vai gastar?
3. Quais serão as contas a pagar e a receber, desde a fase de implantação e prolongando-se para a operação de negócio?

Quando respondemos a estas perguntas, já estamos a montar o orçamento. Na verdade teremos três orçamentos:

<u>Orçamento de Investimento:</u>

É uma lista detalhada dos investimentos que teremos que fazer para montar o novo negócio. Para que serve? Para reduzirmos investimentos, para pensarmos atentamente sobre cada item, para sabermos (no futuro) quanto investimos e analisarmos se os resultados foram compensadores. Para simplificar pode utilizar o seguinte roteiro:

1. Faça uma lista detalhada de todos os investimentos que serão feitos para por o negócio a funcionar. Essa lista costuma incluir os seguintes itens:

- Despesas com o registo do novo negócio

- Despesas com os contadores

- Compra, ou reforma de um imóvel (se for aluguer colocamos mais à frente)

- Equipamentos e máquinas

- Material de escritório

- Matérias primas ou produtos para o stock inicial

- Dinheiro para reserva de caixa

- Móveis e utensílios

2. Coloque os valores em frente de cada um dos itens.

3. Analise bem essa lista, veja se o desembolso é realmente necessário, se não pode ser adiado ou reduzido.

4. Defina o que vai gastar.

Orçamento Operacional

Agora é fundamental prever como o novo negócio vai comportar-se em termos de receitas (vendas, facturamento) e despesas. Não é muito fácil fazer essa previsão e nem sempre teremos uma precisão elevada. Porém, é importante fazê-la porque teremos um instrumento a mais de controle do negócio, que é de extrema importância.

O orçamento operacional é isso: uma previsão de receitas e de despesas do novo negócio. Deve ser realizado para um mês e depois extrapolado para um ano e por aí adiante. Para simplificar pode seguir o seguinte roteiro:

1. Estime quanto(quantidade e preço) se espera vender com o novo negócio. Para faze-lo, pergunte, reflicta, analise outros negócios, peça ajuda a quem esteja dentro do assunto.
2. Estime quanto vai gastar para produzir/vender essa quantidade de produto/serviço. Inclua aqui apenas os gastos directamente envolvidos com o produto/serviço, aqueles que variam de acordo com a produção e vendas (Custos Variáveis). Os itens normalmente que aparecem aqui são:
   - Matéria prima
   - Embalagem
   - Impostos directos
   - Comissões sobre vendas

   (Gastos como mão de obra directa de produção, luz, água não convém colocar aqui, porque nas empresas pequenas ocorrem de modo independente da produção/vendas.)
3. Agora estime os gastos mensais que o negócio terá, aquelas contas inadiáveis e que não dependem da produção/vendas (Custos Fixos). Os itens normalmente que aparecem aqui são:
   - Prestação do empréstimo ou do aluguer
   - Salários
   - Contador
   - Taxas e impostos fixos
   - Telefone, água, luz
4. Agora faça a dedução: Vendas - Custos Variáveis - Custos Fixos = lucro/prejuízo

Orçamento de caixa

O orçamento de caixa, como o nome diz, é o que contempla a entrada e saída de dinheiro. No orçamento operacional colocamos vendas, mas a venda não quer dizer recebimento, porque às vezes será feita a prazo. Igualmente colocamos custos, mas não os pagamentos e suas datas. O orçamento de caixa lida exclusivamente com dinheiro, entrando e saindo.

Para que serve o orçamento de caixa? Para que o empreendedor, olhando sempre para a frente, possa evitar rombos de caixa. Se percebe que vai faltar dinheiro, ele tem de tomar providências antes que a falta se manifeste concretamente. Igualmente serve para orientar os gastos. Se percebe que o dinheiro estará sobrando no dia X, Y ou Z, poderá fazer uma compra para pagar naqueles dias. Como fazer:

1. Faça uma lista de todos os pagamentos e todos os recebimentos a serem feitos no decorrer, colocando cada um no seu dia certo.
2. Veja o saldo de caixa antes do primeiro dia e daí em diante vá fazendo os cálculos: dinheiro que entra + saldo do dia anterior - dinheiro que sai = saldo do dia.

Devemos admitir que montar um novo negócio não é uma tarefa simples. São muitas as actividades a serem executadas pelo empreendedor e sua eventual equipe, muitas tarefas que se encadeiam. Porém, não é também nada que não possa ser conduzido por uma pessoa de boa vontade e com bom senso, mas principalmente com CORAGEM.